

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO “CARLOS ALBERTO
REYS MALDONADO”
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA
MESTRADO EM LINGUÍSTICA**

THAYS OLIVEIRA MARQUES DE ARRUDA

**OS SENTIDOS DO PODER: A DIVISÃO DO “MAPA” DO ORIENTE MÉDIO NO
SÉCULO XX E SUAS CONSEQUÊNCIAS POR UMA PERSPECTIVA
ENUNCIATIVA**

**Cáceres - MT
2025**

THAYS OLIVEIRA MARQUES DE ARRUDA

**OS SENTIDOS DO PODER: A DIVISÃO DO “MAPA” DO ORIENTE MÉDIO NO
SÉCULO XX E SUAS CONSEQUÊNCIAS POR UMA PERSPECTIVA
ENUNCIATIVA**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística, sob a orientação do Professor Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães e Coorientação do Professor. Dr. Lucas Augusto Souza Pinto Alvares.

**Cáceres - MT
2025**

Ficha catalográfica elaborada pela Supervisão de Bibliotecas da UNEMATCatalogação de Publicação na
Fonte. UNEMAT - Unidade padrão

A779s ARRUDA, Thays Oliveira Marques de.

OS SENTIDOS DO PODER: A DIVISÃO DO MAPA DO ORIENTE
MÉDIO NO SÉCULO XX E SUAS CONSEQUÊNCIAS POR UMA
PERSPECTIVA ENUNCIATIVA / Thays Oliveira Marques de
Arruda. - Cáceres-MT, 2025.
69f.: il.

Universidade do Estado de Mato Grosso "Carlos Alberto
Reyes Maldonado", Linguística/CAC-PPGL - Cáceres -
Mestrado Acadêmico, Campus Universitário De Cáceres "Jane
Vanini".

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira
Guimarães.

Coorientador: Prof. Dr. Lucas Augusto Souza Pinto
Alvares.

1. Semântica do Acontecimento. 2. Mapa-texto. 3.
Enunciação e Sentido. 4. Relações de Poder. I. Guimarães,
Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira. II. Alvares, Prof.
Dr. Lucas Augusto Souza Pinto. III. Título.

UNEMAT / MTSCB
81'1

CDU

THAYS OLIVEIRA MARQUES DE ARRUDA

**OS SENTIDOS DO PODER: A DIVISÃO DO “MAPA” DO ORIENTE MÉDIO NO
SÉCULO XX E SUAS CONSEQUÊNCIAS POR UMA PERSPECTIVA
ENUNCIATIVA**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo Roberto Junqueira Guimarães – Presidente
PPGL/UNEMAT

Prof. Dr. Lucas Augusto Souza Pinto Alvares - Examinador
PPGL/UNEMAT

Prof. Dr. Adilson Ventura Da Silva - Examinador
UESB

APROVADA EM: 27/05/2025

DEDICATÓRIA

À minha avó: Balbina de Oliveira Magalhães, mulher de fé inabalável, suas orações sempre foram e sempre serão o manto sublime que me guarda e protege de todo mal;

Ao meu avô: Salvador Marques de Arruda, homem guerreiro, honesto e trabalhador, nunca mediu esforços para amparar naquilo que fosse necessário;

Aos meus pais: Leide Luiza de Oliveira Magalhães e Gildo Marques de Arruda, agradeço pela graça da vida e por serem fonte de inspiração e motivação na busca pelo conhecimento;

Às minhas queridas irmãs e amigas, Thayná e Ana Livia, pelo apoio incondicional, meu amor por vocês é indescritível e inestimável;

E aos meus mestres que me guiaram nesta jornada.

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, ao Criador, meu agradecer por ter me concebido, no mesmo ventre e na mesma vida que minha gêmea, Thayná. Fios entrelaçados e almas paralelas, ser gêmeos é um testemunho de uma conexão tão única que transcende explicações naturais. Na madrugada de 27/11 às 1:23 e 1:24, chegamos lado a lado, nós duas, sempre juntas brilhando como uma dupla de estrelas coreografando no céu. Minha estrela-irmã, obrigada por ser minha guia durante todo processo, fonte de forças e motivação para concluir mais uma etapa importante em minha vida.

Agradeço minha irmã Ana Livia, pelas palavras de apoio e encorajamento.

Agradeço a Erica pela paciência e resiliência durante todo esse processo.

Agradeço ao Prof. Dr. Taisir pelo tão importante presente que recebi com muito carinho, o livro "Atlas dos Nomes que Dizem Histórias das Cidades Brasileiras: um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso (fase IV - município de Cáceres/MT)"

Aos meus amigos e colegas que torceram por esta conquista, minha querida Mhya.

Agradeço ao Gabriel e Francineli pelos incentivos e por sempre me apoiarem.

Meus sinceros agradecimentos ao meu orientador Prof. Dr. Eduardo Guimarães e co-orientador Prof. Dr. Lucas Alvares pelos ensinamentos compartilhados e por me acompanharem até fim desta trajetória. Minha gratidão eterna aos dois.

“Conheça todas as teorias, domine todas as técnicas, mas ao tocar uma alma humana, seja apenas outra alma humana”.

(Carl Jung)

RESUMO

O objetivo desta pesquisa de mestrado é o de analisar a relação entre os modos de constituição de mapas do Oriente Médio enquanto texto, para isso consideraremos mapas de épocas/ou objetivos diferentes observando seus sentidos em virtude do que apresentam através de cores, ou outros modos de indicar lugares e nomeá-los pela linguagem via a perspectiva enunciativa, através da Semântica do Acontecimento, desenvolvida por Guimarães (2002, 2018), e colaboradores. Este trabalho está inscrito na linha de pesquisa Estudos dos Processos de Significação do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Essa pesquisa pretende, através dos estudos da enunciação nos modos como Guimarães (2002, 2017, 2018), e Karim (2018) tomam e analisam os mapas em seus trabalhos nos estudos da significação, ao considerar e analisar a relação entre as legendas, cores, as designações. Para o desenvolvimento deste estudo tomamos como *corpus* mapas que mostram as mudanças de tutelas de países soberanos sobre os subdesenvolvidos no século XX, essa movimentação chamamos de “dança das cores”. Com as análises dos recortes foi possível identificar na região da Palestina mudanças significativas que enunciativamente moldaram o Oriente Médio ao longo do tempo. Nesse sentido, como semanticistas buscamos observar os mapas enquanto material de linguagem que funciona linguisticamente identificando, dividindo espaços e lugares no mundo, desse modo, tomaremos os mapas por uma perspectiva enunciativa.

Palavras-chave: Semântica do Acontecimento; Mapa-texto; Enunciação e Sentido; Relações de Poder.

ABSTRACT

The objective of this master's research is to analyze the relationship between the modes of constitution of maps of the Middle East as texts. To this end, we will consider maps from different times/purposes, observing their meanings in light of what they present through colors, or other ways of indicating places and naming them through language via the enunciative perspective, through the Semantics of Event, developed by Guimarães (2002, 2018), and collaborators. This work is registered in the research line Studies of Signification Processes of the *Stricto Sensu* Postgraduate Program in Linguistics at the State University of Mato Grosso (UNEMAT). This research aims, through the studies of enunciation, in the ways that Guimarães (2002, 2017, 2018) and Karim (2018) take and analyze maps in their work in signification studies, to consider and analyze the relationship between legends, colors, and designations. For the development of this study, we took as our corpus maps that show the changes in the tutelage of sovereign countries over the underdeveloped ones in the 20th century; we call this movement the 'dance of colors'. With the analyses of the excerpts, it was possible to identify significant changes in the region of Palestine that enunciatively shaped the Middle East over time. In this sense, as semanticists, we seek to observe the maps as linguistic material that functions linguistically by identifying, dividing spaces and places in the world; thus, we will approach the maps from an enunciative perspective.

Keywords: Semantics of the Event; Text map; Enunciation and Meaning; Power Relations.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

DSD – Domínio Semântico de Determinação

ONU – Organização das Nações Unidas

PGM – Primeira Guerra Mundial

EUA – Estados Unidos

IPOL – Instituto de Ciência Política

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Teatro do Globo Terrestre, conhecido como *Theatrum Orbis Terrarum*.

Figura 2 - O primeiro Atlas moderno, ano de 1570.

Figura 3 – continentes do mundo e as divisões geográficas.

Figura 4 – região da Europa após as batalhas imperiais (1920).

Figura 5 – antiga região do Império Otomano dividido pela França e Grã-Bretanha.

Figura 6 – terras protegidas pelos europeus através do Emirado da Transjordânia.

Figura 7 – a presença de bases militares dos Estados Unidos no Oriente Médio (2020).

SUMÁRIO

RESUMO.....	15
ABSTRACT.....	16
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	17
LISTA DE FIGURAS	18
INTRODUÇÃO.....	13
SEÇÃO I.....	17
OS MAPAS PENSADOS ENQUANTO LINGUAGEM: UMA PERSPECTIVA ENUNCIATIVA.....	17
SEÇÃO II	22
AS TENSÕES ENTRE O ORIENTE E OCIDENTE NO CENÁRIO PÓS GUERRA NO SÉCULO XX.....	22
2.1 A queda do Império Turco Otomano e a Divisão Territorial	25
2.2 O Oriente Médio modelado pelo Ocidente: Carta da Liga das Nações art. 22	33
SEÇÃO III.....	38
APORTE TEÓRICO: A SEMANTICA DO ACONTECIMENTO.....	38
3.1 Semântica do Acontecimento.....	38
3.2 Temporalidade, acontecimento da enunciação, configuração da cena enunciativa	39
3.3 Modos de relação textual: tipos de articulações e reescrituração	41
3.4 O Mapa-texto	43
SEÇÃO IV	45
ACONTECIMENTO, POLITICA E SILENCIAMENTO: A SIGNIFICAÇÃO DO ORIENTE PELO OCIDENTE.....	45
4.1 Dos <i>Recortes</i> e formação do <i>Corpus</i> de pesquisa	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS.....	67

INTRODUÇÃO

Nesta pesquisa nos valeremos da teoria Semântica do Acontecimento, um estudo que analisa a significação partindo do acontecimento enunciativo, observando a forma como os sentidos vão se construindo e significando as coisas no real. Dessa maneira, nosso objetivo é fazer a análise de mapas diversos quanto às condições em que são enunciados. O foco principal é, através dos dispositivos de análises, observar as mudanças de tutelas e territórios dos a Palestina, Israel e Irã por uma perspectiva enunciativa. Nesta pesquisa, analisaremos a relação entre elementos, como também, os modos de constituição de mapas do Oriente Médio enquanto texto. Para essas análises utilizaremos materiais de diferentes épocas que tem essencialmente objetivos diferentes, observaremos os sentidos produzidos em pela relação de cores, legendas ou outros modos como por exemplo, pelo processo de identificação de lugares e nomeação. Para tanto, nos colocaremos em um diálogo com outras disciplinas científicas importantes para a constituição do nosso trabalho como a História, Geografia, Sociologia e Relações Internacionais.

Pelos estudos linguísticos iremos observar como a linguagem, ao ser posta em funcionamento, identifica espaços e lugares nos mapas. Esse funcionamento nos interessa pelo fato de a linguagem, ao nomear, ao identificar, também recorta o real dividindo-o e redividindo-o politicamente, ou seja, a linguagem recorta o real ao significá-lo por modos distintos e, dessa maneira, vai constituindo sentidos e significando o mundo. Assim, vamos mobilizar em nossas análises o mapa, em um corte específico, enquanto *corpus* de pesquisa e, via procedimentos específicos, analisar os elementos que integram um mapa e nos permitem considerar o mapa enquanto texto. Portanto, faremos uma relação do verbal com o não-verbal, das cores, das legendas, e os nomes que compõem os mapas tomados enquanto texto.

Para tanto, antes de chegar neste ponto que é especificamente aquilo que queremos mostrar, vamos apresentar um panorama sócio-histórico da Ásia Central, da Europa Ocidental e do Oriente Médio e certos acontecimentos que ajudaram a moldar o concerto geopolítico destas regiões e do mundo. Retomar esse momento da história é recortar um passado de enunciações que constituiu o mapa através dos movimentos e transformações que ocorreram nesses continentes.

Pensar em Oriente Médio e seus conflitos no século XX, leva-nos a refletir sobre os inúmeros movimentos do poder global que transformaram, com o passar dos anos, a região num palco de disputas ao mesmo tempo centralizadas e descentralizadas em relação ao princípio da autodeterminação dos povos e dos interesses das grandes potências ocidentais.

Para a realização deste estudo nos colocamos no lugar da linguística, na posição dos estudos enunciativos por meio de análise dos processos de linguagem que significam marcas sociais, e que visa.

ainda, focar o acontecimento enunciativo em sua historicidade própria, o que determina o espaço semântico-enunciativo que marca um lugar social do dizer, especificamente do século XX que estabilizou determinados sentidos no discurso proferido pelo Ocidente para o Ocidente sobre e para o próprio Oriente.

A consolidação dos territórios de cada Estado em diferentes continentes não se fez de uma hora para a outra, seus sentidos se produzem enunciativamente através da história. E a partir disso, neste jogo político, as nações mais poderosas são as que ditam as regras. A carta da *Liga das Nações*, determinou a divisão das regiões e entrega para os países desenvolvidos (as chamadas potências ocidentais), a guarda (tutela) de outros considerados pelo Ocidente menos desenvolvidos. Essa carta foi de suma importância para a configuração das fronteiras delimitadas ao Oriente Médio, além disso, evidencia a intervenção das potências europeias vencedoras da guerra sobre os territórios árabes do Oriente Médio. Essa divisão e essas mudanças de tutelas podem ser observadas pelas cores nos mapas, que consideraremos aqui como as “cores do poder”.

Nesse movimento de mudança de mapas, podemos dizer, de “dança das cores”, faremos uma leitura do mapa como um texto, ou seja, como acontecimento de linguagem a partir de processos de análises específicos da semântica do acontecimento, o mapa vai apresentando esses movimentos e identificando novos lugares e significando esses lugares no mundo. A partir disso, iremos verificar quais foram as consequências dessas mudanças numa perspectiva enunciativa. Assim, para o desenvolvimento deste trabalho serão considerados os estudos da enunciação que analisam um mapa como texto, mais especificamente, no domínio dos estudos da enunciação nos modos como Guimarães (2002, 2017, 2018), e Karim (2018) tomam e analisam os mapas em seus trabalhos levados ao estudo da significação.

A linguagem produz sentidos quando posta em funcionamento, assim, os elementos linguísticos (verbal) e não linguísticos (não verbal) significam na/pela relação que tem com os enunciados que se cruzam e passam a significar enquanto práticas de linguagens nos acontecimentos em que funcionam. Tomar um mapa como texto é considerá-lo como uma forma de linguagem, como sentido. Para tal caracterização, Guimarães (2002, pg. 59), diz que: “somos movidos por uma afirmação de Deleuze e Guattari em *Mille Plateaux*: “a linguagem é um mapa e não um decalque”.

O nosso *corpus* para a realização das análises é constituído por um material específico, ou seja, um conjunto de mapas dos quais realizaremos nossos recortes dos mapas do Oriente Médio, e os analisaremos enunciativamente mobilizando dispositivos teóricos e analíticos pertinentes para isso. Mas, como tomar um “Mapa” como elemento de um acontecimento que produz sentido? Um “mapa” enquanto tal é um elemento que apresenta uma descrição do mundo real, ou seja, dos espaços divididos

do mundo e os lugares ocupados pelos povos, por governos, religiões, culturas etc. E apresenta uma projeção, ou seja, um mapa sempre projeta algo, além de uma representação do real, o mapa projeta uma futuridade.

Para melhor compreensão, essa pesquisa está dividida quatro seções e seus respectivos subtítulos: Na primeira seção “*Os mapas pensados enquanto linguagem: uma perspectiva enunciativa*”, faremos uma exposição histórica e teórica sobre os mapas, bem como, explicaremos de maneira breve como o tomaremos através de uma perspectiva linguística para considerá-lo enquanto mapa-texto. Na segunda seção: *As tensões entre o Oriente e Ocidente no cenário pós-guerra no século XX*, abordaremos brevemente o percurso sócio histórico e nos propomos a descrever a respeito da constituição social e política (ciências políticas), da sociedade de territórios internacionais. Além disso, traremos abordagens a respeito das guerras mundiais que foram fundamentalmente importantes para que ocorressem as movimentações de poder na região do Oriente Médio entre os séculos XIX e XX. Seguindo nessa mesma direção, apresentaremos fragmentos de enunciação a respeito da Carta da Liga das Nações de extrema importância para compreensão do processo de divisão territorial. Ao estudá-los, consideraremos aspectos históricos do Oriente e Ocidente.

Na seção III, *Aporte teórico e analítico: a Semântica do Acontecimento* apresentamos algumas descrições sobre os fundamentos teórico-metodológico estabelecido no interior da *Semântica do Acontecimento* de Guimarães (2002, 2017, 2018), para se pensar a linguagem com o mundo. Para a Semântica do Acontecimento, teoria que nos dá o suporte para a análise, o sentido da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, no acontecimento do dizer. De modo geral, nessa seção apresentaremos uma abordagem teoria-metodológica dos estudos da enunciação. Traremos algumas noções sobre o acontecimento de linguagem e como se configura a temporalidade, teoria que vamos operar no desenvolvimento da análise. Neste estudo, veremos quais são as características do enunciado enquanto unidade de análise, bem como, definições do espaço de enunciação. Apresentaremos os conceitos deste espaço que configura a Cena Enunciativa, dos dispositivos de análise de Articulação/Reescrituração, que estão presentes na pesquisa. Tais noções são fundamentais para compreender a maneira como Guimarães considera um texto, e como um mapa pode ser também considerado texto, no estudo do mapa-texto.

Na quarta e última parte, sessão IV, faremos uma breve apresentação do nosso *corpus* e dos materiais que utilizaremos nas análises. O nosso *corpus* será constituído de mapas, mais especificamente do Oriente Médio, o primeiro é datado em 1919, período próximo do fim da Primeira Guerra Mundial (1919), é possível visualizar a divisão territorial feita a partir da Carta da Liga das Nações. O segundo é

posterior o sistema de mandatários, um mapa político. O terceiro mapa nos mostra algo diferente, a criação de um novo país e como essa região se encontra atualmente.

Nesse sentido, faremos sondagens sobre a questão dos elementos linguísticos e os elementos não linguísticos que se cruzam no funcionamento do acontecimento de linguagem específico. Visto que, a temporalidade é o que opera e faz significar um acontecimento como diferente de outros acontecimentos, e o caracteriza como algo específico. É, portanto, neste lugar que buscamos considerar os sentidos produzidos na e pela dinâmica do mapa-texto, numa relação entre as cores e a história, sentidos que se movimentam a cada novo acontecimento, a cada nova temporalidade instalada no centro do dizer, a cada nova configuração dos espaços e das cenas enunciativas.

SEÇÃO I

OS MAPAS PENSADOS ENQUANTO LINGUAGEM: UMA PERSPECTIVA ENUNCIATIVA

Há, na história da humanidade, um sem número de mapas produzidos ao longo de seu devir evolutivo. São mapas que exerceram, e ainda exercem, funções distintas e particulares quanto à necessidade de sua produção. Basta uma rápida busca na internet utilizando o enunciado “qual foi o primeiro mapa da história?”, que uma enxurrada de respostas, primeiro a inteligência artificial do Google, nos são apresentadas. E aparece, então o mapa de “Gar-Sur”, um mapa desenhado em uma tábua de argila encontrado na região da Baixa Mesopotâmia¹, datada entre os séculos VIII e VII a.C. Mapas de montanhas, das paisagens, de rios e córregos etc., são uma forma de registro do espaço físico, uma marcação do real como uma localização de um lugar específico.

Partindo disso, pode-se dizer que os primeiros mapas de que se têm notícia foram produzidos pelos gregos no século VI a.C.², em decorrência de suas navegações e campanhas militares. Com isso podemos observar que a cartografia busca realizar uma representação da terra no e pelos mapas projetando, nestes, uma representação gráfica de um determinado espaço físico. Com isso, os gregos criaram o principal instrumento de conhecimento geográfico ocidental, talvez seja este o motivo de o mapa que representa o mundo em sua totalidade seja conhecido como Atlas³.

Desse modo, há que se dizer aqui que o primeiro Atlas moderno surgiu no ano de 1570 e foi publicado por Abraham Ortelius, e ficou conhecido como *Theatrum Orbis Terrarum* (Teatro do Globo Terrestre), em Antuérpia trazendo um conjunto de mais de 130 mapas coloridos e desenhados à mão. Vejamos duas imagens deste mapa abaixo:

Figura 1 – Teatro do Globo Terrestre, conhecido como *Theatrum Orbis Terrarum*. Fonte: <https://www.curiosidadescartograficas.com/post/o-primeiro-atlas-da-hist%C3%B3ria-theatrum-orbis-terrarum>

¹ Ver em: <http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?evento=5&foto=439> acesso no dia 21/02/2025 às 09h30.

² Historiador da Unicamp conta como ocorreram os registros cartográficos pelo mundo: <https://univesp.br/noticias/a-historia-da-cartografia-e-a-importancia-dos-mapas> Acesso em 24/02/2025 15h26

³ Titã grego conhecido por ter sido condenado a sustentar o mundo nas costas para sempre.

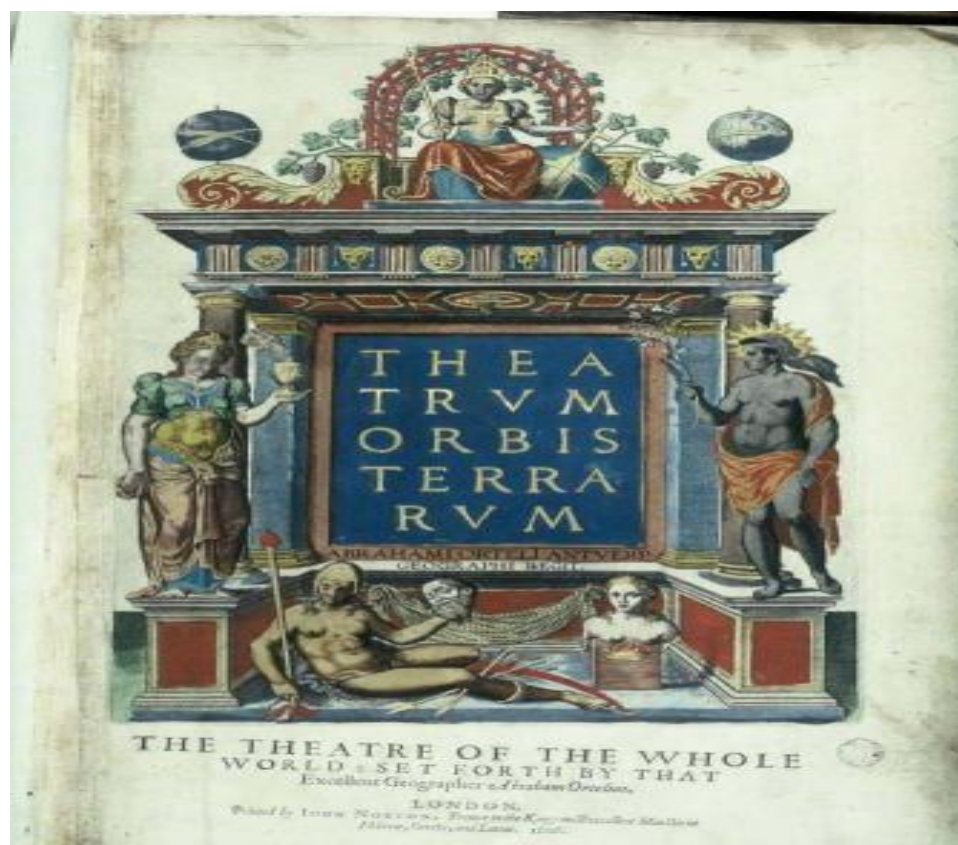
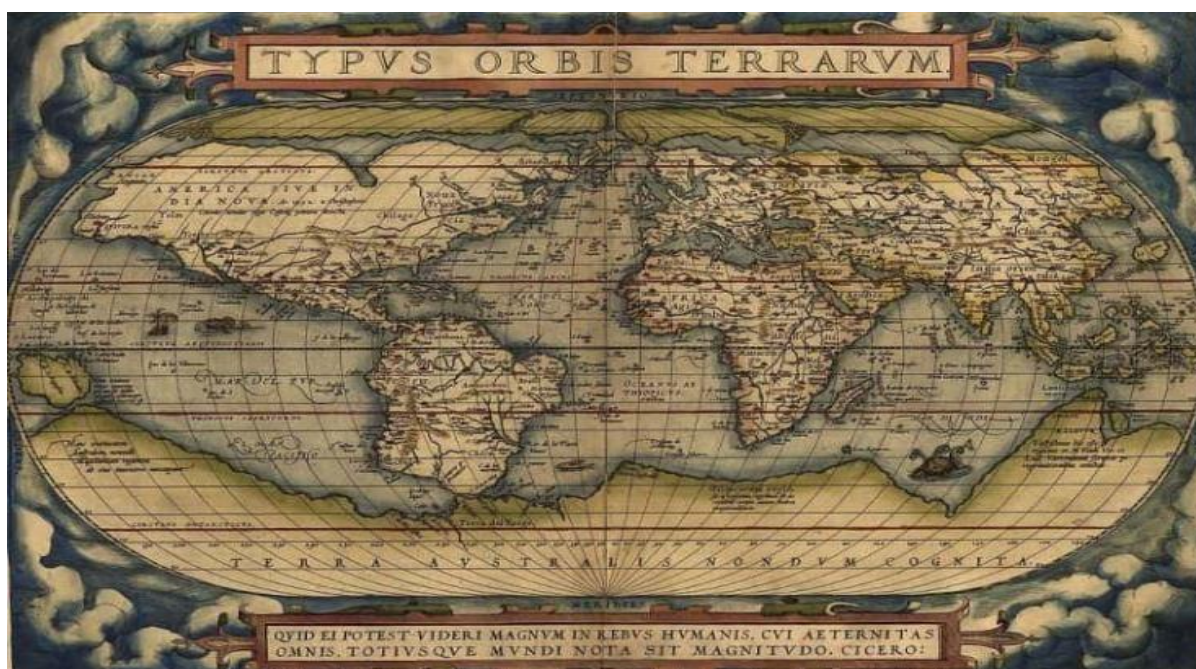


Figura 2 - O primeiro Atlas moderno, ano de 1570.



Antes de prosseguirmos, uma curiosidade sobre o termo cartografia: “A palavra cartografia foi introduzida pelo historiador português Manuel Francisco Carvalhosa, 2º Visconde de Santarém,

numa carta datada de 8 de dezembro de 1839 e endereçada ao historiador brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen⁴”

Dito isso, apresentaremos agora algumas noções sobre o processo de produção dos mapas, bem como, aspectos relevantes na constituição desses materiais que vão ao longo do tempo produzindo e constituindo sentidos para o mundo. Traremos ainda de modo particular, conceitos básicos de teorias da linguagem que serão fundamentais para que possamos demonstrar de que forma os elementos que constituem um mapa nos possibilitam trabalhar as nossas análises linguísticas.

Em princípio, consideramos que todo ser humano já teve ou terá contato com um mapa em algum momento da vida, pois os mesmos são criações antigas do homem para comunicar entre si informações sobre o espaço físico do mundo, seja em aspecto natural ou dado social. Há modos particulares na produção de mapas, sendo que a finalidade é essencial para definir aquilo que será representado nesta rede de linhas, traçados e pontos. Segundo Santos (2006, p. 177), na produção dos mapas três sentidos são relevantes:

[...] a) polarização de pontos de atração e difusão, que é o caso das redes urbanas; b) projeção abstrata, que é o caso dos meridianos e paralelos na cartografia do globo; c) projeção concreta de linhas de relações e ligações que é o caso das redes hidrográficas, das redes técnicas territoriais e, também, das redes de telecomunicações hertzianas, apesar da ausência de linhas e com uma estrutura física limitada aos nós.

Todos esses aspectos acima podemos observar nos mapas. Em regiões pouco exploradas ou que possuem condições extremas, quase não encontramos esse desenho geográfico, em contrapartida, nos continentes de potências mundiais há uma vasta presença desse marcador de mudanças significativas no espaço. No passado estas representações do espaço, “não só representava a prática de suas relações espaciais, em terra ou mar, como também expunha o conteúdo das relações sociais de sua comunidade (Kish, 1980)”, tais materiais também se fizeram fundamentais para se localizar e orientar. Estas representações do espaço geográfico, contornos, cores e formas são marcas que registram passagens, identificam lugares no mundo, bem como, reforçam a dominação de territórios e poder. Em certa medida, cada um destes elementos se integra uns aos outros, ou seja, ao todo, através de linhas, colaborando com as outras unidades e formando as redes.

De acordo com Oliveira (2006), ao citar Muehrcke (1962 p.38), o mapa pode ser definido como “uma criação humana para representar uma parte ou o todo da realidade que ofereça um interesse especial [...] um certo mapa é somente uma das muitas possíveis representações da realidade”, as técnicas utilizadas para a construção geográfica de espaço e tempo levam em conta aspectos históricos,

⁴ <https://univesp.br/noticias/a-historia-da-cartografia-e-a-importancia-dos-mapas> Acesso às 15h26

de acordo com Santos (2006, p.29) “[...] a técnica é história no momento da sua criação e no de sua instalação e revela o encontro, em cada lugar, das condições históricas (económicas, socioculturais, políticas, geográficas), que permitiram a chegada desses objetos e presidiram à sua operação. A técnica é tempo congelado e revela uma história”. Vemos então que, o mapa tem uma especificidade capaz de “congelar” o tempo em um dado momento da história, evidenciando importantes redes de colaborações e contribuições do passado para a formação mais recente da sociedade. Entretanto, as redes de que trata Santos (2006), não funcionam somente como encontro ou movimento de linhas, devem ser entendidas enquanto:

[...] espaço da conectividade seja organizado pelo discurso, como propõe Claudette Junqueira (1994), quando se refere a um espaço reticular que preside uma sociabilidade à distância. Esse discurso é a linguagem das normas e ordens que atores longínquos fazem repercutir instantaneamente e imperativamente sobre outros lugares distantes. Tais redes são os mais eficazes transmissores do processo de globalização a que assistimos. (SANTOS, 2006, p. 179).

Diante disso, percebemos que, há na constituição dos mapas o funcionamento de uma linguagem específica, que determina outros lugares do mundo, a linguagem de normas e ordens de quem diz e pode dizer tais padrões, percebemos aí um funcionamento político, que divide espaços, pessoas, nações. O político nessa medida pode ser entendido enquanto relações entre estados, a partir destas relações é estabelecida a questão do poder⁵, soberania e etc... tais aspectos estão ligados aos traçados e linhas dos mapas, sobretudo, as redes. Assim, essas relações bem como os mecanismos e a forma de representar a interação entre países, será fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa.

Voltando-nos para as teorias da linguagem, nos valeremos de algumas noções de Rancière⁶, nos colocando no lugar de linguistas para dizer sobre o aspecto de identificar pelo qual, na perspectiva que toma Guimarães (2017), os nomes identificam. Ao se tratar de mapas, automaticamente nos remetemos à Geografia, representações simbólicas do globo terrestre, no entanto, nesta pesquisa o nosso foco não é um olhar geográfico ou cartográfico, mas sim dos estudos linguísticos voltados especificamente para a construção sócio-histórica significada pela língua e pela linguagem, traçando uma relação do verbal com o não-verbal.

Desse modo, abordaremos aspectos que fazem parte da construção dos mapas, as linhas que delimitam as fronteiras, legendas e cores que identificam um contorno no mapa. Um mapa é uma descrição que se vale do sentido da visão, assim como as cores fisiológicas (como as apresenta Goethe

⁵ O conceito de política aqui tratado se fundamenta em Maquiavél de que o poder a honra e a glória devem ser perseguidas, e a estabilidade da sociedade e do governo precisam ser conseguidos a todo o custo.

⁶ Jacques Rancière (n. 1940, Argélia) linguista francês, em seus estudos aborda os nomes que identificam, teoria que nos modos como Guimarães toma e trata a identificação pelo processo de nomeação.

(2013). Guimarães, (2002) diz que “[...] um mapa, por mais que ele se dê como descrição de um espaço, é antes uma indicação de acessos ao mundo do que uma descrição” (p. 60), e é uma indicação de acessos ao mundo. Portanto, compreendemos que o mapa, tanto a sua produção quanto o processo de nomeação dele, são resultados de movimentos atravessado pela língua. É a partir dessa observação que nos valem para caracterizar um mapa enquanto elemento linguístico.

Assim, tomando a teoria da Semântica do Acontecimento, nos valeremos dos procedimentos de análise: Articulação por Dependência, Incidência e Coordenação; Reescrituração; Cena Enunciativa, entre outros, para observar nos mapas as relações entre o verbal e não verbal, através da legenda, cores, nomeação do material, título entre outros elementos que o constituem, buscaremos identificar os sentidos produzidos através destas relações da linguagem tomar o mapa enquanto um texto, fazendo esta leitura por meio de dispositivos teóricos de análises linguísticas.

SEÇÃO II

AS TENSÕES ENTRE O ORIENTE E OCIDENTE NO CENÁRIO PÓS GUERRA NO SÉCULO XX

Apenas uma confusão política completa e um otimismo ingênuo podem impedir que se reconheça que os esforços inevitáveis em favor da expansão comercial de todas as nações civilizadas sob controle da burguesia, após um período de transição de concorrência aparentemente pacífica, se aproximam nitidamente do ponto em que apenas o poder decidirá a parte que caberá a cada nação no controle econômico da Terra [...]

Max Weber, 1984

Nesta seção apresentaremos algumas noções sobre a história das relações entre Oriente e Ocidente, conhecer um pouco deste passado é essencial para compreender o que levou os grandes líderes de países soberanos a tomarem certas decisões que impactaram profundamente a história e consequentemente os acontecimentos futuros. Os acontecimentos históricos que contam as relações entre Oriente e Ocidente, será pertinente para dar início às nossas discussões. Em certa medida, estas relações trazem questões políticas⁷ e sociais que se constituem como contundentes para o que veremos adiante nas análises que faremos.

Em uma rápida passagem pela filosofia, encontramos no pensamento aristotélico o pressuposto de que a vida em coletividade é uma necessidade do homem e ao conviver com os seus semelhantes se constitui enquanto um “animal político”, que de acordo com FONSECA (2012, p.259) “Aquele traço substancial que define e constitui o homem enquanto tal é sua natureza política, o homem, para alcançar o estatuto de homem deve viver e atuar como animal político (racional e capaz de linguagem)”. Esta noção é, em certa medida, primordial para compreendermos que o homem é naturalmente político nos mais diversos espaços de convivência.

Ao passo que um mundo em constante transformação exige novos parâmetros, a “filosofia política” grega, antigo modelo pensado por Aristóteles do século 4 a.C, passa por um processo de manutenção e se torna cada vez mais complexa. As atualizações das definições culminaram com o surgimento da filosofia política moderna do período Renascentista século XIV ao XVII. Conhecer esses conceitos da história política, é fundamental para compreender como as tomadas de decisões foram

⁷ A noção de política apresentada nesta seção não é a mesma política com a qual Guimarães trabalha em sua teoria. Posteriormente, traremos uma outra noção de político/política, apresentada a partir do lugar teórico assumido nesta pesquisa.

influenciadas tanto no passado quanto na atualidade, significando, assim, as relações sociais, as produções de linguagem e o mundo.

Portanto, para compreender melhor a forma como se iniciaram as disputas entre os homens que desencadearam em embates políticos e visavam a obtenção de poder e território, nos valeremos das reflexões do clássico pensador Maquiavel⁸ escritor do livro “O príncipe” onde explica sobre as nuances do homem político na sociedade. Esta obra é em certa medida importante neste momento de nosso estudo, pois nela o autor abarca a chegada de um novo sistema econômico, o capitalismo, onde “o discurso passou a ser individualizado, passando a viver apenas no tempo e espaço pelo qual se encontrava inserido” (Miranda; Schmokel; Colvero, 2014. p. 3), e é com a chegada desse sistema de governo que a sociedade e as nações se movimentam, se articulam com outros, criam blocos políticos e econômicos com o objetivo de aumentar o seu poder.

Nessa mesma direção, existem também na história da humanidade mais duas grandes mudanças significativas que apresentaram como principal característica, os embates políticos, são elas: a Revolução Industrial e o imperialismo que impulsionaram indubitavelmente as disputas tanto na esfera econômica como na comercial e cultural entre as nações. Contudo, essa corrida pela busca de território, poder e dominação culminou nas duas maiores guerras do planeta como nos diz Filho (2022). Esses fatos históricos enunciam tanto sobre acontecimentos políticos e econômicos, quanto sobre um traçado irregular de mapas provisórios de muitas localidades.

Neste ponto, apresentamos uma citação de Lopes (Idem, 2013) sobre Thomas Hobbes⁹, segundo o autor, para o filósofo, o poder é algo decorrente da natureza humana e está relacionado com egoísmo:

[...] por isso se ergue sobre eles um poder artificial capaz de impedir a autodestruição entre eles. O exercício desse poder se fundamenta num contrato entre os indivíduos. Assim, o Estado na concepção hobbesiana emerge conforme um consenso formado na sociedade. Por meio das leis e uso legítimo da força, o Estado garantiria a liberdade dos indivíduos. (Ibidem, 2013. P 31).

Este mecanismo também chamado de pensamento contratualista é firmado através de uma necessidade e não por vontade do homem, nesta medida, é em virtude deste contrato que se cria a centralização de poder dando origem ao Estado que, segundo o pensamento “hobbesiano”, é responsável por ordenar as tomadas de decisões em sociedade como também

⁸ Filósofo, teórico italiano autor do livro “O príncipe” e “A Arte da Guerra”.

⁹ Teórico político inglês, suas ideias sobre a teoria do contrato social e da natureza humana do homem, revolucionaram e impactaram a filosofia política. É autor do livro “Leviatã”.

é garantidor de liberdade dos indivíduos mediante as leis. Podemos observar este modelo político na obra “*O Leviatã*”, onde o governo se torna soberano concentrando todo o poder ao seu redor e passa a tomar as decisões em sociedade.

Ainda sobre a capacidade dos homens responsáveis por governar um Estado soberano, temos a perspectiva naturalista do ser, esta, por sua vez, segue os paradigmas aristotélicos que afirmam que o homem é um animal político por natureza. Nesse contexto, surge, sobretudo, a insegurança e o medo da morte violenta. Como resultado dessas experiências, podemos dizer que é através dessas relações que emergem a anarquia, a destruição, a guerra.

Desse modo, se analisarmos a conduta de Estados soberanos no palco das relações internacionais, certamente encontraremos marcas do estado natural do homem. Esta relação entre as nações segue, de certo modo, parâmetros próximos aos da vida em coletividade, ou seja, são relações que se dão entre os homens que vivem em constante litígio. Em virtude da desordem e do caos, foi necessário a criação de um poder centralizado para regular a vida em coletividade, entretanto, neste ponto, cabe o questionamento: a quem cabe a responsabilidade de mediar as relações internacionais destes Estados? Para tanto, foram criadas organizações como a Liga das Nações e depois a ONU como meio de construir um lugar onde os Estados pudessem discutir as suas relações num sistema/sociedade de Estados Soberanos. Existem formas de acordo e tratados internacionais que regem as relações entre os Estados que podem ser descumpridos ou até mesmo “encerrados”.

Nesse sentido, quando olhamos para o lugar de “coletividade”, de cidadãos como parte integrante de um Estado democrático de direito, tem-se o imaginável de que a maior parte dos problemas internos foram em parte resolvidos com a criação do poder público por intermédio do contrato social. Entretanto, ao olhamos para o Estado enquanto soberano e integrante de uma ordem mundial de potências, por certo se abrem novos desafios. Nesse sentido, Toste; Valença (2017) de acordo com Hedley Bull, pensador de uma ordem internacional de Estados, reforça:

Assim, restrições a comportamentos estratégicos baseadas em pressupostos éticos ou de justiça, só se aplicariam às relações domésticas, ou seja, entre o Estado e seus cidadãos – onde se pressupõe uma homogeneização de valores e uma hierarquia organizacional para controlar as preferências mais gerais. (p.241)

Desse modo, fica nítida a complexidade da criação de um sistema apropriado para mediar os interesses bem como as relações internacionais. Assim, podemos dizer que dentro desse jogo de interesses, existem acordos de respeito à autonomia e expectativa de reciprocidade entre Estados, mais do que pela existência de um *ethos* societário internacional. (Idem, 2017).

Neste cenário de relações interpessoais domésticas, ou seja, entre o estado e seus cidadãos e/ou relações internacionais entre países soberanos e seus semelhantes, há o político funcionando dividindo

espaços e lugares sociais. Considerando isso, podemos dizer que o homem vive no mundo em constante litígio, participando e pertencendo ao meio social, bem como, dessa divisão política. Nesse sentido, considerar a construção sócio-histórica é relevante para compreender como acontecimentos do passado moldaram e movimentaram o poder nos espaços globais, embora mude as faces, o passado não se apaga e não morre, ele apenas muda de métodos. Para tanto, em seguida faremos uma breve exposição desse movimento histórico que será relevante para nossa pesquisa.

2.1 A queda do Império Turco Otomano e a Divisão Territorial

Nesta seção vamos refletir sobre a história do século XX e as guerras que aconteceram, focaremos mais precisamente na queda do Império Turco e a divisão do território. Após as tensões entre as potências e a queda e/ou independência de alguns países, chegaremos no nosso foco que é o estudo dos mapas daquela região construídos e modificados ao longo do tempo. As divisões, os nomes, os mapas que se tem atualmente do Oriente Médio, foram consolidados por pessoas que tinham o poder de dizer algo, de mudar um povo, histórias e vidas. Todas as intervenções de países soberanos em países subdesenvolvidos, tiveram como resultado guerras trágicas. Vamos tratar aqui de uma história que constitui um presente.

O historiador e escritor Hobsbawn (2005) comenta que o catastrófico século XX começa com a Primeira Guerra Mundial chamado por ele de *Era da Catástrofe*, isso pensando num cenário internacional. A partir da relação de disputas entre o Ocidente e Oriente que eclodiu a guerra de 1914, resultado de muitos confrontos e guerras. No que diz respeito as disputas políticas entre as potências econômicas localizadas na região que mencionamos acima, Alvares (2016) escreveu:

[...] enunciações que partem de governos ocidentais e aliados referentes a acontecimentos na região médio oriental do globo, faz com que o Ocidente signifique uma única história desses acontecimentos, uma verdade inquestionável sobre o Oriente. O silenciamento, conceito utilizado no sentido que propôs Orlandi (1997), de povos oprimidos e *vencidos*, o menosprezo pela luta daqueles que buscaram e ainda buscam um lugar à luz do direito internacional e dos direitos fundamentais do homem, se torna cada vez mais significativo ao passo que informações sobre o Oriente reguladas pelo Ocidente são paulatinamente e estrategicamente bombardeadas sobre toda uma população por meio da mídia ocidental. (p.16)

Neste trecho, o político funciona dividindo lugares sociais e estabelecendo relações de poder, esses mecanismos dão a possibilidade para potências, detentoras do poder e da verdade, de poder dizer

ou não sobre o outro. Quando um país/lugar diz sobre o outro, ocorre um silenciamento¹⁰, aquele que não é europeu não é visto e tampouco ouvido, neste caso e em muitos outros como veremos, o Oriente Médio, um dos lugares mais cobiçados por superpotências, está sempre a ser silenciado.

Antes de apresentar sobre as grandes guerras, bem como, movimentos linguísticos presentes em cada acontecimento, vale a pena observarmos um mapa que nos apresenta onde fica cada continente. Vejamos:

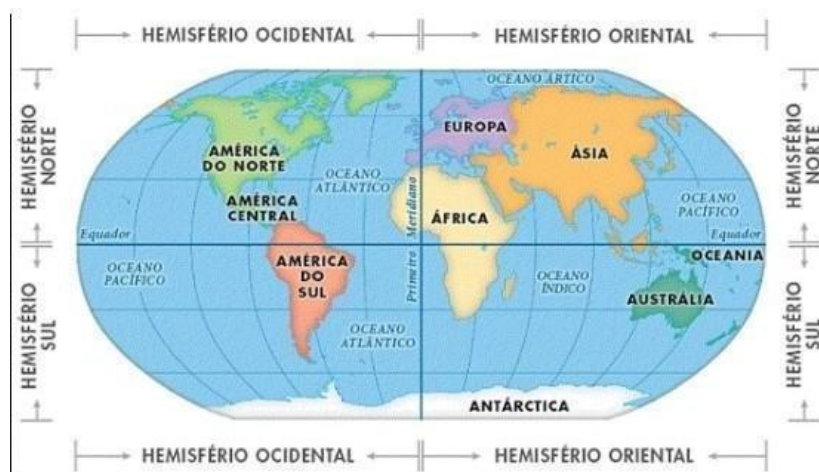


Figura 3 – continentes do mundo e as divisões geográficas

Fonte: <https://pt-static.z-dn.net/files/d94/45093db5dd115405b58894a90ebeb7f.jpg>

Na Figura 3, observamos que os continentes do globo terrestre estão identificados pelas cores verde, vermelha, bege, roxo, marrom, azul e branco. Destes continentes, iremos olhar mais especificamente para o sudoeste da Ásia, mais conhecido como Oriente Médio. Nesse sentido, para melhor compreensão dos movimentos históricos de ocupação do espaço global, acreditamos ser relevante ter uma representação visual deste aspecto geográfico do globo terrestre. Cada mapa é um testemunho e representação da ocupação e divisão de lugares no mundo. Além de mostrar localizações, dizem sobre a história de cada espaço e movimento em sua cartografia, por exemplo, cada cor carrega consigo significados e sentidos que refletem na leitura do mapa. Ancorados nas palavras de Guimarães (2021, p.12):

[...] não se trata de produzir uma representação visual [...] se trata de produzir um conhecimento do funcionamento da linguagem que, ao dar sentido ao que existe, que se encontra ou se constrói, constitui um atlas de uma história de ocupação de um espaço que significa [...].

¹⁰ Noção formulada por Eni Orlandi em *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*, 2007, discute os sentidos produzidos pelo não dito, “no silêncio o sentido é”.

Dito isso, apresentaremos no decorrer desta pesquisa a forma como tomaremos o mapa-texto que consideramos como materialidade linguística para análise enunciativa. No entanto, antes de chegar neste lugar, veremos de maneira breve certos acontecimentos históricos importantes no processo de mudanças territoriais no Oriente Médio.

O período entre os séculos XIII ao XX foi marcado por intensas manifestações políticas, sociais, culturais, econômicas e disputas por territórios, podemos perceber isso ao tomarmos a história, sobretudo, a do Oriente quanto do Ocidente. Tratando do ponto de vista Oriental do globo, vejamos o que nos diz Fromkin (2008, p.39) “no Oriente Médio mulçumano, apenas o Império Otomano manteve-se de fato independente”, isso antes da guerra de 1914.

O Oriente Médio, tal como conhecemos, é uma criação recentíssima. Resultou de decisões tomadas pelos países vitoriosos na Primeira Guerra Mundial, especificamente Inglaterra e França, que desagregaram o Império Otomano, a única potência mulçumana que desafiou a hegemonia europeia no mundo moderno. (Benjamin, César. Paz e Guerra no Oriente Médio. In: Fromkin, David. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008).

Nos anos antecedentes à primeira guerra, o Império Otomano (turco-otomano) se encontrava em fase de consolidação. Ou seja, o império ainda estava ocupando terras e tomando uma grandiosa proporção de áreas conquistadas, conseqüentemente aumentando sua proporção no mapa, se tornando assim uma grande potência oriental.

Enquanto isso o Império Bizantino (católico) florescia e precisava conter o avanço dos Turcos, que tinham o objetivo de conquistar territórios e estavam caminhando em direção a Constantinopla (capital dos bizantinos). A conquista de novas regiões é importante no sentido de poder do império, como também tem influências diretas na confecção e leitura dos mapas. É importante mencionar que nesse tempo, aqueles que possuíam o maior núcleo capitalista, mais tarde dominaria todos aqueles que eram considerados mais atrasados.

Os conflitos territoriais, disputas e divisões aconteciam em todas as direções com objetivos expansionistas, controle de posições estratégicas de “[...] passagem de leste-oeste entre Europa e a Ásia quanto a passagem norte-sul entre o Mediterrâneo e o mar Negro”. (Fromkin, 2008, p.33). A partir de então os otomanos assumiram a hegemonia do mundo Árabe e parte da Europa, alterando o nome da antiga Constantinopla para Istambul, nome que permanece até os dias atuais e que significa na relação sócio-histórica da localidade.

A batalha de Lepanto em 1571 dos otomanos contra a Liga Santa, acabou com a expansão dos otomanos pelo Mediterrâneo, depois desse evento o império se encontrava enfraquecido. Ocorreu ainda, nas dependências do Sacro Império Romano-Germânico entre os anos de 1618-1648 a Guerra dos 30

Anos, por motivações religiosas entre católicos e protestantes, e políticas, entre os Estados nacionais como França, Inglaterra, Alemanha, Espanha, Noruega, Suécia e Dinamarca contra a Dinastia Habsburgo que estavam em constante crescimento e dominando a região fronteira com estes países. Após 30 anos, o Sacro Império Romano-Germânico enfraquecido teve que assinar o acordo de Paz de Vestafália, no qual cedeu territórios, em especial a Alsácia-Lorena para a França. Este conflito foi importante para o estabelecimento das relações entre os países soberanos.

Após este momento de tensões, surgiram cada vez mais ideias revolucionárias, uma das mais conhecidas foi Revolução Francesa e Revolução Industrial no século XIX. Junto a isso, muitas ideias nacionalistas e rivalidade interna por conflitos étnicos, instabilidade política e econômica por parte dos otomanos sucederam com o início da desintegração do Império Otomano, quando algumas regiões do próprio império lutaram para conseguir sua independência, dando origem à primeira Guerra Contra os Balcãs (1912-1913).

O século XIX foi marcado por um antagonismo entre o Império Britânico e o Império Russo no âmbito das Relações Internacionais. Após terem sido aliados na derrocada das Guerras Napoleônicas, os interesses dos dois impérios passaram a, progressivamente colidir. A Rússia projetava-se na direção de progressivamente conquistar novos territórios europeus ou asiáticos, guiada por uma antiga doutrina política de expansionismo territorial que lhe incentivava a possuir o máximo possível de saídas marítimas, sendo o acesso ao Mar Mediterrâneo, neste sentido, algo que lhe brilhava aos olhos. O Reino Unido, por sua vez, buscava consolidar suas linhas de navegação, que integravam um já vasto Império – e que se estenderiam ainda mais após a consolidação de seu domínio da Índia. Mas, além disso, como um país ancorado no comércio marítimo requer livre circulação pelos mares do globo, o domínio de pontos estratégicos era, aos olhos britânicos, imperativo. (SCANDOLARA, 2020, p.05).

Estes grandes impérios buscavam dominar e controlar a região onde estavam os Turcos-Otomanos por ser um ponto bem localizado. Por motivação e apoio externo, A Liga Balcânica, localizada no Sudeste da Europa formada pelos países: Sérvia, Romênia, Montenegro, Bulgária, Turquia e Grécia, que integravam do império Turco-Otomano desde o século XVI até o XIX, apoiados pelo Império Russo iniciaram um processo de independência. Com isso, o território Otomano foi sendo reduzido, perdendo as regiões da Bósnia, Grécia, Sérvia, Romênia, Montenegro, Bulgária e Albânia. Além destes, outras partes do território foram tomados por potências como França e Itália, é o caso de Argélia, Tunísia, Chipre e Líbia¹¹. Embora tenha ocorrido estes conflitos “internos”, os turcos tinham

¹¹ Disponível em:

<<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c2l3exw1wj1o#:~:text=O%20Estado%20otomano%20se%20expandu,a%20costa%20norte%20de%20%C3%81frica.>> Acesso em: 29.04.24

ao seu lado o Reino Unido que, se observamos a atuação dessa potência em relação ao império Turco-Otomano, notamos longos anos de apoio militar visando manter a hegemonia do império aliado.

Os interesses dos impérios britânico e russo na região se deram por ser um local de pontos estratégicos e acessos ao continente asiático, europeu e africano, bem como, pelos recursos naturais. Portanto, as instalações de bases militares nesses pontos garantiriam o controle, e melhores formas de articulações em casos de guerra. Com o fim da guerra balcânica e a independência de alguns países, o Império Turco-Otomano se aliou ao Estado Alemão e ao Império Austro-Húngaro durante a guerra contra os russos, ingleses e franceses. Não obtiveram sucesso e entregaram parte de seus territórios aos adversários ao assinarem o acordo Armistício de Mudros¹², dando lugar para o nascimento da República da Turquia em 1922.

Em 1914 o arquiduque e herdeiro do Império Austro-Húngaro Francisco Ferdinando, foi assassinado por um jovem sérvio, Gavrilo Princip, integrante do grupo separatista Mão Negra¹³. Logo após o atentado, o Império Austro-Húngaro declarou guerra à Sérvia, eclodindo a Primeira Guerra Mundial. Nessa altura, a Alemanha ofereceu apoio militar aos austríacos, enquanto que a Sérvia estava aliada a Rússia e França. Os sérvios eram protegidos por esses dois países. A guerra foi um dos estopins para desintegração total do Império Otomano, que praticamente nem existia mais. O pesquisador Fromkin (2008, p.17) comenta que:

[...] os países e fronteiras do Oriente Médio eram fabricados na Europa. O Iraque e o que atualmente chamamos de Jordânia, por exemplo, foram invenções britânicas, linhas traçadas em um mapa em branco pelos políticos britânicos depois da Primeira Guerra Mundial; as fronteiras da Arábia Saudita, do Kuwait e do Iraque foram estabelecidas por um funcionário inglês em 1922, e a linha que separa muçumanos e cristãos foi traçada pela França na Síria-Líbano e pela Rússia nas fronteiras da Armênia e do Azerbaijão soviético.

Por fim, os otomanos perderam também todos seus territórios da Europa. A Síria ficou nas mãos dos franceses, o Iraque e a Palestina com os britânicos¹⁴, controlados pela Liga das Nações (organização criada após a Primeira Guerra Mundial).

A crise política que o império atravessou fez com que ele deixasse de existir em razão das disputas territoriais e de dominação das potências mais poderosas, o jogo político determina a realidade,

¹² Acordo que determinou a divisão do território turco-otomano entre os países vencedores da primeira guerra mundial. <<https://www.historiadomundo.com.br/turca/imperio-otomano.htm>>

¹³ Sociedade secreta denominada “Mão-Negra”, financiada pelo próprio governo do país, resolveu praticar um ato terrorista contra o poderoso Império Austro-Húngaro. Disponível em: <<https://militares.estrategia.com/portal/materias-e-dicas/historia/primeira-guerra-mundial-o-estopim-da-guerra/>> Acesso em: 30.04.2024

¹⁴ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-63456433> Acesso em: 02.05.2024

Observamos na Figura 4, as cores em tom mais claro que é predominante no mapa, identificam no recorte do espaço os países que mantiveram suas formas geográfica física-política preservadas, já as cores em marrom claro identificam as delimitações dos países independentes, em laranja são os territórios perdidos pela Alemanha, Áustria e Rússia após a Primeira Guerra, as setas em cor vermelha nos indicam a direção, bem como, o país ao qual os territórios perdidos foram anexados. Diante deste movimento, o mapa em questão nos apresenta um recorte do real, ou seja, novas informações sobre o mundo que foram estabelecidas relações de poder na/e pela linguagem.

Com a queda do império Turco-Otomano, também entra em cena o início, o germe melhor dizendo, da criação do Estado de Israel. Podemos dizer que foi após a 1ª Guerra que os movimentos geopolíticos construíram uma nova organização, recorte e distribuição dos espaços do globo com a criação e o desaparecimento de novos Estados, territórios e regiões (autônomas ou não), com o apagamento e o silenciamento de povos e territórios. Com isso, o Estado de Israel foi criado e identificado nos mapas. Essa criação foi pensada não por aqueles que vivem nestes espaços de conflitos, mas sim por aqueles que sempre foram mais favorecidos pelo poder social e linguístico. Nessa mesma direção, podemos dizer que o mapa é uma unidade de sentido, ao ser identificada, ela significa.

É importante lembrar que, as relações conflituosas entre o Ocidente e o Oriente Médio não são recentes. Desde as campanhas de expansão do Império Romano que, subjugou os povos árabes às suas leis; as campanhas das Cruzadas que pretendiam reunificar o mundo cristão e retomar a cidade de Jerusalém dos Turcos; o expansionismo europeu por meio das políticas de colonização que levaram países como a França e a Inglaterra a “formar” as novas fronteiras da região após a Primeira Guerra Mundial; a Segunda Guerra mundial que levou à criação da Organização das Nações Unidas, ONU, e também do Estado de Israel na região da Palestina; o interesse pelo controle de recursos minerais como o petróleo, encontrado em abundância em países como Iraque e Arábia Saudita e as duas Guerras do Golfo, são exemplos claros de como o Ocidente sempre se interessou e se “intrometeu” na região do Oriente Médio. (Alvares, 2016, p. 12).

A Europa ocidental seguia com seus territórios tomados do antigo Império Turco-Otomano, o Iraque e a terra dos palestinos que estavam sob domínio britânico. Até os anos de 1917, “a política da Grã-Bretanha para a Palestina continuou a ser moldada por muitas mãos”, (Fromkin, 2008, p.311). A questão da palestina deveria ser resolvida entre ingleses e judeus, (Idem, p.314). Mas não foi assim que aconteceu a divisão, pois os territórios foram divididos pelas potências dominantes, vejamos:

Oriente Médio em 1920

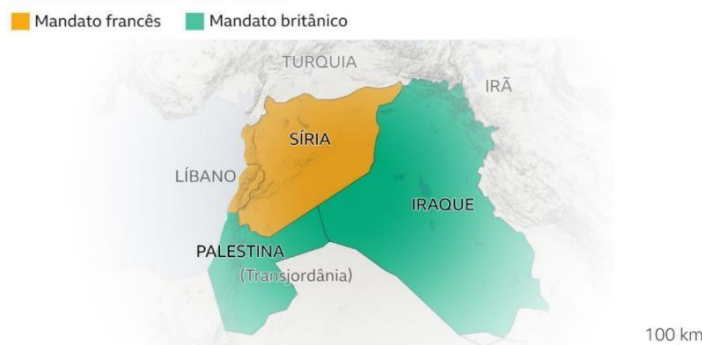


Figura 5 – antiga região do Império Otomano dividido pela França e Grã-Bretanha
Fonte: https://www.bbc.com/portuguese/extra/1kTCzu5CAAd/Israel_historico_fronteras

Sahd (2011) nos explica:

Sendo assim, desde o final do século XVIII, movidas por esses interesses, as várias potências que disputaram a hegemonia na região deixaram suas marcas, sobretudo na fabricação de nações, definição de fronteiras e seleção ou ajuda para a ascensão de lideranças locais (Idem. p. 19).

Alguns anos após essa divisão entre as duas potências, foi criado o Emirado da Transjordânia, isso é, um protetorado dos britânicos para as terras ao leste do rio Jordão. Vejamos o mapa:

Mandato britânico de Palestina



Figura 6 – terras protegidas pelos europeus através do Emirado da Transjordânia
Fonte: https://www.bbc.com/portuguese/extra/1kTCzu5CAAd/Israel_historico_fronteras

Essa nova região e novo modelo de organização territorial passou a funcionar em 1923 e atrelado a isso o movimento sionista que se intensificou nesse período. Para tentar conter a grande massa de imigrantes, os britânicos implementaram cotas para a imigração judaica.

Gattaz (2003) considera de sua posição que:

Terminada a Guerra, o controle militar da Grã-Bretanha e da França no Oriente Médio e no Magreb era mais forte do que jamais havia sido. O Império Otomano, reduzido à Anatólia e a uma pequena parte da Europa, estava sob o domínio dos Aliados e extinguindo-se em 1922. O Líbano e a Síria haviam passado ao controle francês sob o regime de Mandato, enquanto a Inglaterra exercia influência sobre o Iraque e administrava o Mandato da Transjordânia e da Palestina, contrariando os acordos que previam a administração internacional da 'Terra Santa'. Na Palestina, o Mandato britânico favoreceu a grande imigração judaica nos anos de 1920 e 1930, mudando o balanço demográfico da região e criando as condições para o estabelecimento do Estado de Israel, em oposição aos interesses árabes-palestinos (Idem. p. 47).

Os europeus criaram um Lar Nacional Judaico na região da Palestina, e este foi a “pedra fundamental” e precursor do Estado de Israel. Então após o final do mandato britânico na Palestina, nasceu o Estado de Israel em 1948¹⁵. Com a criação do Estado de Israel, fato que abalou a conjuntura histórica de poder na região do Oriente Médio, ocorreu o jogo de forças existentes até então entre as potências europeias. Consequência disto foi uma acirrada disputa entre as principais potências da Guerra Fria, EUA e União Soviética, pelo controle hegemônico do Oriente Médio.¹⁶

2.2 O Oriente Médio modelado pelo Ocidente: Carta da Liga das Nações art. 22

Como resultado do fim da Primeira Guerra Mundial, foram assinados tratados e criada a Liga das Nações que tinha como objetivo principal assegurar a paz e evitar novos conflitos. A primeira idealização do grupo, surgiu na mensagem do presidente dos E.U.A., Thomas Woodrow Wilson, no congresso americano em 1918, onde ele apresenta a constituição de “Quatorze Pontos” para estabelecer acordos de paz. No ponto 14º ele discursa sobre a criação de uma organização geral das nações com o objetivo de assegurar as garantias mútuas de independência política e integridade territorial. Em relação ao que é a Liga das Nações, apresentamos o seguinte:

A Liga das Nações, ou Sociedade das Nações, criada ao término da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), com sede em Genebra, na Suíça, foi a primeira organização internacional de escopo universal em bases permanentes, voluntariamente integrada por Estados soberanos com o objetivo principal de instituir um sistema de segurança coletiva, promover a cooperação e assegurar a paz futura. Os 26 artigos do Pacto da Liga foram incorporados à primeira parte do Tratado de Versalhes, tratado de paz entre as potências aliadas e associadas, de um lado, e a Alemanha derrotada, de outro, assinado em Versalhes em 28 de junho de 1919¹⁷.

A Conferência de Paz de Paris (1919) estabilizou a Liga das Nações. Essa sociedade era composta por quatro órgãos: o Conselho Executivo; uma Assembleia aberta a todos os Estados-membros; um Secretariado com funções basicamente administrativas; e um Tribunal de Justiça Internacional, cujo papel era de assegurar a paz. A formação dessa “associação geral das nações” tinha o propósito de manter a integridade territorial no pós-guerra. Alvares (2016, p. 29) comenta “A *Liga das Nações* teve uma vida breve, porém, algumas de suas ações realizadas a seu tempo foram cruciais

¹⁵ Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/extra/1kTCzu5CAd/Israel_historico_fronteras Acesso em: 16.05.2024

¹⁶ Disponível em: < file:///C:/Users/Thays/Downloads/a6_modelo_geopoliticooe.pdf> Acesso em: 22/10/2024

¹⁷ Disponível em: < <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIGA%20DAS%20NA%C3%87%C3%95ES.pdf>> Acesso em: 19.05.2024

para a configuração das fronteiras delimitadas ao Oriente Médio”. Para esse trabalho é relevante considerar e examinar essa carta porque trata de como os mapas ficariam organizados no futuro após acordos determinados na carta. Podemos verificar que foi confiada a tutela de muitos países a outros em razão de recursos para desenvolvimento e para buscar a independência.

No preâmbulo do Pacto da Sociedade das Nações é apresentado o seguinte parágrafo:

As Altas Partes Contratantes, considerando que, para o desenvolvimento da cooperação entre as nações e para a garantia da paz e da segurança internacionais, importa aceitar certas obrigações de não recorrer à guerra, manter abertamente relações internacionais fundadas sobre a justiça e a honra, observar rigorosamente as prescrições do direito internacional, reconhecidas doravante como norma efetiva de procedimento dos governos, fazer reinar a justiça e respeitar escrupulosamente todas as obrigações dos tratados nas relações mútuas dos povos organizados, adotam o presente Pacto, que institui a Sociedade das Nações.

As necessidades mundiais prioritárias após a Primeira Guerra Mundial, era a manutenção da paz entre os países, embora essa condição de paz não fosse duradoura, como é o caso que observamos aqui, quando acontece a Segunda Guerra Mundial.

Trataremos para esta pesquisa, o Artigo 22º da carta que é o que mais surtiu efeito no Oriente Médio. Alvares (2016, p. 29) diz que “foi o Artigo Nº 22 da Carta da *Liga das Nações* que pôs sob o Sistema de Mandatos os territórios Árabes que agora se viam livres do subjugado do Império Otomano desfeito pela guerra”. Desse ponto de vista, identificamos que existe uma relação entre o Oriente Médio, a Carta e a divisão dos territórios, esses acontecimentos estão associados uns aos outros de forma que não é possível considerar um ou outro. O Oriente teve outras significações ao longo dos séculos, o que queremos dizer é o que nos leva a observar e refletir sobre o que diz a história e a produção dos sentidos numa relação entre a língua e a própria história e não o que as pessoas fizeram ou deixaram de fazer de modo empírico e/ou intencional.

A passagem do artigo nº 22, conta com 9 parágrafos. Destacamos alguns que julgamos importantes porque dizem especificamente sobre as novas tutelas e consequentemente novas modelagens no mapa e apresentam o seguinte:

1. Os seguintes princípios serão aplicados às colônias e territórios que, em consequência da guerra, deixaram de estar sob a soberania dos Estados que os governavam precedentemente e que são habitados por povos ainda não capazes de se dirigir, nas condições particularmente difíceis do mundo moderno. O bem-estar e o desenvolvimento desses povos constituem sagrada missão de civilização, e convém incorporar ao presente Pacto garantias para o desempenho de tal missão.

2. O melhor método de se realizar praticamente esse princípio é confiar a tutela desses povos às nações desenvolvidas que, em razão dos seus recursos, da sua experiência ou da sua posição geográfica, sejam as mais indicadas para assumir tal responsabilidade e que consistam em aceitá-la; elas

exerceriam essa tutela na qualidade de mandatários e em nome da Sociedade. (grifo nosso).

4. Certas comunidades, que outrora pertenciam ao Império Otomano, atingiram tal grau de desenvolvimento que sua existência, como nações independentes, poderá ser reconhecida provisoriamente, sob a condição que os conselhos e o auxílio de um mandatário guiem sua administração até o momento em que sejam capazes de se conduzir sozinhas. Os desejos dessas comunidades deverão ser tomados em consideração na escolha do mandatário.

7. Em qualquer desses casos, o mandatário deverá enviar um relatório anual ao Conselho, sobre os territórios de que tenha o encarregado

9. Uma comissão permanente será incumbida de receber e examinar os relatórios anuais dos mandatários e de dar o seu parecer ao Conselho, sobre todas as questões relativas à execução dos mandatos¹⁸.

Numa perspectiva geral, chamamos a atenção para o que dizem a respeito dos mandatários, nesses recortes. Isto é, os países que ficaram como responsáveis de colaborar com a economia e dar suporte aos menos desenvolvidos. Não eram poucos os países que necessitavam de apoio para se reerguer no pós-guerra.

No parágrafo 1, ao apontar “deixam de estar sob a soberania dos estados que os governavam”, apresentam países que ficaram à deriva, sem rumo, por assim dizer e ainda fragilizados com a queda do império que os governavam. Alvares (2016, p. 30) acrescenta “[...] povos que ainda não têm autonomia e nem mesmo força suficiente para se autogovernar, necessitando assim, da ajuda para a administração de seus governos, como é o caso de algumas colônias asiáticas, africanas e árabes”. O pacto objetiva restabelecer o “bem-estar e desenvolvimento dos povos”, cabendo aos membros da Sociedade das Nações a responsabilidade de prestar esse suporte. De igual importância a Organização das Nações Unidas tem basicamente o mesmo papel desempenhado pela Liga das Nações, pode-se compreender que a Sociedade das Nações Unidas foi uma prefiguração da atual Organização das Nações Unidas (ONU).

Já no segundo ponto citado, apresenta a medida para ter assegurado o desenvolvimento dos povos que ficaram em situação de vulnerabilidade, sendo responsabilidade dos países independentes e autossuficientes “exercer a tutela na qualidade de mandatário em nome da Sociedade”. Esse aspecto intervencionista no que diz respeito aos territórios e seus mandatários foi enfatizado nesse Artigo 22º do Pacto da Sociedade das Nações. Em razão dessa divisão territorial dita pela carta, vamos pensar o mapa enquanto acontecimento de linguagem, e tratar também da relação mapa-texto e cores das regiões no mapa.

¹⁸ Disponível em: < https://honoriscausa.weebly.com/uploads/1/7/4/2/17427811/55_-_pacto_da_sociedade_das_nacoes.pdf > Acesso em: 19.05.2024

O quarto tópico, traz, como vimos cima, a divisão das terras do antigo império que terminou junto com a PGM. Além disso, nesse período imperialista, muitos territórios do antigo Império Otomano estavam em condições de serem independentes, ao mesmo passo que já haviam registrado tentativas de se desvencilhar do império. Assim sendo, o art n°22, no quarto ponto coloca “Certas comunidades, que outrora pertenciam ao Império Otomano, atingiram tal grau de desenvolvimento que sua existência, como nações independentes, poderá ser reconhecida provisoriamente”, esse trecho apresenta um caráter de liberdade em momento que concede o livre arbítrio aos povoados que outrora viam-se controlados pelos otomanos.

Nos tópicos 7 e 9 da carta é apresentado o retorno que os mandatários devem apresentar ao Conselho, cada país tratará de expor um relatório daquele que ficou encarregado. Os países independentes envolvidos como membros eram:

I – Membros originários da Sociedade das Nações, signatários do Tratado de Paz:

Estados Unidos da América / Bélgica, Bolívia / Brasil / Império Britânico / Canadá / Austrália / África do Sul / Nova Zelândia / Índia / China / Cuba / Equador / França / Grécia / Guatemala / Haiti / Hedjaz / Honduras / Itália / Japão / Libéria / Nicarágua / Panamá / Peru / Polônia / Portugal / Romênia / Estado Servio–Croata–Esloveno / Sião / Tcheco–Eslováquia / Uruguai.

De maneira geral, os pactos afirmam uma transformação social, política e territorial. Nesse sentido, Alvares (2016, p. 33) diz: “a produção idealista do Artigo N° 22 da Carta da *Liga das Nações*, e, reforça a absoluta compreensão da intervenção das potências europeias vencedoras da guerra sobre os territórios árabes do Oriente Médio”.

Alvares (2016), comenta ainda sobre a brevidade da Liga das Nações, que encerrou após dez anos de existência. O que sucedeu para colaborar com seu fim foi a eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Liga das Nações foi condenada ao descrédito por haver falhado em sua missão mais importante: manter a paz. Após ser desativada em abril de 1946, seus arquivos, instalações e acervos foram transferidos para a entidade que a substituiu, a Organização das Nações Unidas¹⁹.

Nesse período surgiram muitas enunciações do Ocidente em sobre o Oriente. Além disso, observamos que o Ocidente era quem passava a imagem do Oriente para o resto do mundo e “[...] esse comparatismo raramente é descritivo; com muita frequência é avaliador e expositor”. (Said, 2007, p. 210). Portanto, o Oriente sofreu com problemas relacionados também à questão de enunciações que o negligenciavam.

¹⁹ Disponível em: < <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIGA%20DAS%20NA%C3%87%C3%95ES.pdf> > Acesso em: 19.05.2024

Do ponto de vista linguístico, Alvares (2016, p. 58) comenta que “os sentidos que foram construídos sobre o Oriente nos veio através da língua, de acontecimentos enunciativos, produção de textos e literaturas que em muito contribuíram para esta formação”. Ou seja, as enunciações que o Ocidente produzia moldou/significou o Oriente como conhecemos.

De acordo com Orlandi (1999) para a constituição dos sentidos e para que língua possa trazer sentido, é necessário a intervenção da história. Arendt (2007) diz que:

As coisas e os homens constituem o ambiente de cada uma das atividades humanas, que não teriam sentido sem tal localização; e, no entanto, este ambiente, o mundo ao qual viemos, não existiria sem a atividade humana que o produziu, como no caso das coisas fabricadas; que dele cuida, como no caso das terras de cultivo; ou o que estabeleceu através da organização, como no caso do corpo político. Nenhuma vida humana, nem mesmo a vida do eremita em meio à natureza selvagem, é possível sem um mundo que, direta ou indiretamente, testemunhe a presença de outros seres humanos (Idem. p. 31).

Partindo desse ponto de vista, refletiremos a respeito da construção do mundo pelo homem, que significa e dá sentido à vida. Estamos o tempo todo inseridos na história buscando compreender por uma perspectiva enunciativa as divisões dos mapas, mais especificamente, do Oriente Médio.

SEÇÃO III

APORTE TEÓRICO: A SEMANTICA DO ACONTECIMENTO

Na primeira seção desta pesquisa “Os Mapas Pensados Enquanto Linguagem: Uma Perspectiva Enunciativa”, vimos um pouco sobre como considerar um mapa enquanto material de análise selecionado para nossos estudos. Já na segunda seção, apresentamos uma breve historicização sobre as relações entre o Ocidente, o Oriente Médio e as disputas de territórios, o que nos leva a refletir sobre o movimento de mudanças dos mapas dessa região que foi construído por diversos acontecimentos enunciativos, no qual a linguagem significa o mundo. Assim, observando os mapas podemos ter uma noção de como ocorreram as mudanças de tutela dos países e a constituição dos mapas do século XX.

Já nessa terceira seção apresentaremos o lugar teórico que assumimos nos estudos enunciativos, o que nos direciona a compreendermos o mapa enquanto um texto por um modo particular de funcionamento e como “ler” esses mapas a partir do lugar de semanticista. Para esse trabalho, nossos estudos estão fundamentados nos construtos teórico-analíticos da Semântica do Acontecimento/Enunciação desenvolvidos por Guimarães (2002, 2011, 2018), Dias (1996, 2018), Karim (2018), entre outros.

3.1 Semântica do Acontecimento

A teoria Semântica do Acontecimento, considera a produção dos sentidos a partir do funcionamento da língua pela linguagem, ou seja, na e pela enunciação. Partindo disso, visamos apresentar em que medida essa materialidade produz efeitos linguísticos que possam afetar os sujeitos leitores e, desta forma, construir a relação interpretativa que é posta em funcionamento quando tomamos uma produção cartográfica como uma produção linguística. Por uma perspectiva dos estudos de linguagem, visamos encontrar através das cores, legendas e espaços, movimentos que passam a significar as mudanças e divisões de outros modos.

A Semântica do Acontecimento se propõe a tratar a significação a partir do acontecimento do dizer, que considera a inclusão da exterioridade da língua (o sujeito e a história) como parte constitutiva dos estudos da significação. Nesse sentido, a língua pode ser entendida como:

[...] um conjunto sistemático de regularidades com as quais é possível dizer algo verbalmente. A língua é assim um conjunto de elementos (sons, palavras, sintagmas, todo tipo de expressão) cujas relações constituem este conjunto de regularidades. Com isto podemos apresentar uma definição prévia do que seja a semântica: trata-se de uma disciplina linguística que tem como objeto o

estudo da significação tomada como produzida pela prática dos falantes de dizer algo em uma língua (Guimarães, 2018, p. 15).

Os falantes, ao serem tomados pela língua, dizem alguma coisa, e, ao dizerem, significam o mundo, o real, e se significam. Essa significação se dá em uma determinada língua, num determinado espaço de enunciação. Esse espaço não é um espaço físico, é uma divisão do real onde as línguas são distribuídas e funcionam politicamente agenciando os falantes desigualmente em figuras enunciativas.

Com tudo que foi exposto, percebemos que é a partir do sujeito tomado pela língua no acontecimento enunciativo, ou seja, no acontecimento do dizer que o Locutor é agenciado por uma língua e se apresenta de maneiras distintas no acontecimento de linguagem. Sobre a caracterização dos modos de funcionamento dos lugares de dizer vejamos o que diz Guimarães (2018, p. 65):

Diferentemente de outras abordagens, baseadas na consideração da alteridade, não se trata de dizer que a linguagem é fundamentalmente dialógica. O agenciamento enunciativo, tal como o considero, é histórico: tanto pela caracterização do espaço de enunciação, em que a relação que o constitui é entre línguas e falantes, quanto da cena enunciativa em que o falante é agenciado a dizer numa alocação eu / tu (L / LT; al-x / at-x). Em outras palavras, L e al-x instituem, ao serem agenciados, seus correlatos visados pelo dizer (LT e at-x, respectivamente). A relação de alocação é, nesta medida, uma construção deste agenciamento do acontecimento pelo modo como o agenciamento produz a divisão dos lugares na cena enunciativa. Nela L e al-x são lugares que se caracterizam por dizer a alguém. Assim ao se apresentarem como L e al-x se apresentam, pelo agenciamento enunciativo, como dizendo a um lugar correspondente (Locutário ou allocutário). (Guimarães, 2018, p. 65).

Seguindo esta noção, temos, então, na configuração deste agenciamento enunciativo o Locutor (L) que representa a origem daquilo que se diz, predicado e autorizado a dizer pelo lugar social que ocupa, allocutor-x, (portanto, “al-x” se configura como um lugar social de dizer) por outro lado, há também um enunciador enquanto um lugar de dizer, O (L) se apresenta como responsável pela enunciação apresentada para aquele a quem se diz. Como apresentaremos mais abaixo.

3.2 Temporalidade, acontecimento da enunciação, configuração da cena enunciativa

No campo dos estudos enunciativos, “o acontecimento da enunciação constitui, a cada vez, sua temporalidade significativa: um passado, um presente e um futuro de sentidos [...]” (Guimarães, 2018, p.40), e “ao recorte do passado, produzido pelo acontecimento, chamo de memorável, e esta projeção de enunciações futuras, de futuridade” (Idem, 2018, p.41). O acontecimento instaura uma temporalidade que não é cronológica. Segundo Guimarães (2002):

A temporalidade do acontecimento constitui o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal dos fatos

anteriores. O passado é, no acontecimento, rememorações de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro. É nessa medida que o acontecimento é diferença na sua própria ordem: o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação. (Guimarães, 2002, p.11-12).

O semanticista justifica esse conceito, dizendo que: “o acontecimento da enunciação se apresenta como um acontecimento de linguagem. Enquanto tal este acontecimento ocorre num espaço de enunciação específico”. (Guimarães, 2018, p.19). Ou seja, “a **enunciação** é o acontecimento do funcionamento da língua, cuja especificidade é sua temporalidade própria (o passado, presente e futuro de sentidos que constitui)” (Guimarães, 2018, p.43), o histórico aqui se constitui no acontecimento por uma temporalidade específica, própria do dizer.

Segundo essa teoria, a história é determinante no acontecimento enunciativo por trazer a ele um passado de sentidos, que podemos considerar uma rememoração de enunciados que ressignificam na temporalidade específica do acontecimento. Guimarães (2005) comenta que é o acontecimento que temporaliza, sendo o sujeito tomado na temporalidade própria do acontecimento, que só significa porque projeta em si um futuro. Dessa forma, Guimarães (2018, p.41) diz que

[...] este acontecimento se constitui num espaço de enunciação, pois se constitui pelo funcionamento de uma língua, ou línguas. E este funcionamento agencia os falantes enquanto aqueles que enunciam, agencia os falantes a dizer, vamos chamar esta figura de *lugar de enunciação*. Ou seja, o acontecimento da enunciação agencia o falante a dizer enquanto um lugar de enunciação, como lugar que enuncia”.

Portanto, o acontecimento enunciativo é a língua em funcionamento, significando e constituindo sentidos. Guimarães (2018) diz que enunciar é político, assim, quando alguém diz algo, ele é tomado enquanto figura enunciativa, enquanto falante, que se constitui no espaço de enunciação. Dessa maneira, “[...] o espaço de enunciação é um espaço político porque as línguas agenciam seus falantes por maneiras desiguais no recorte do real constituído na e pela partilha do sensível onde uns tomam parte e outros não” (LARA, 2024, p.50). Portanto, definir o político é fundamental, para isso seguiremos a seguinte noção “o Político é para mim não o dizer normatizado da administração, nem simplesmente a afirmação de pertencimento [...] É a contradição que instala este conflito no centro do dizer”, (GUIMARÃES, 2005, p.16), esta definição é fundamental para compreender como funciona a divisão do real que se concretiza, sobretudo, através da língua. Pelo acontecimento enunciativo constitui-se também a cena enunciativa.

A definição da cena enunciativa é uma categoria metodológica descritiva de que a teoria da Semântica do Acontecimento se utiliza para tratar o sentido na enunciação, ela é importante para esta

pesquisa pois é dentro desta cena que as figuras enunciativas (os falantes) são agenciados pela língua e distribuídas de modos desiguais, da mesma forma como ocorre a distribuição das línguas dentro do espaço de enunciação. A cena possui uma caracterização específica que podemos chamar de politópica²⁰, que é a divisão dos lugares de enunciação, ou seja, das figuras enunciativas. Os lugares que constituem a cena são: Locutor (L), é um agenciamento político no qual o falante é agenciado a dizer numa determinada língua dentro do espaço de enunciação dessa língua. O Enunciador (E), por sua vez, configura o que é que se diz e como se diz, portanto, ele pode se apresentar como: coletivo, individual, genérico e universal. Já o alocutor é o lugar social do dizer, ele é político pois divide os lugares sociais.

Desse modo, a cena enunciativa é um espaço político pela contradição que se instala no dizer, essa contradição funciona para Orlandi (1997, p.21) da seguinte forma “Uma mesma coisa pode ter diferentes sentidos para os sujeitos. E é aí que se manifesta a relação contraditória da materialidade da língua e a da história”. Essa contradição se dá porque na enunciação ocorre a materialização entre o ideológico e o linguístico, esse contato nos permite compreender “o silêncio fundador como não-dito que é a história”, a constituição histórica é que faz significar as coisas no mundo. Para melhor compreensão, segue a definição do silêncio fundador conforme Orlandi, (1997, p. 23): “a) o silêncio fundador, aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar”. Nesse sentido, podemos dizer que silêncio fundador funciona dentro desse espaço de enunciação que é político.

3.3 Modos de relação textual: tipos de articulações e reescrituração

Nesta perspectiva, apresentaremos definições de alguns dos dispositivos de análises que serão utilizados para observar a produção de sentidos. São os procedimentos de reescrituração e a articulação.

Então vejamos, a articulação marca a relações internas de um enunciado com outro. Dessa forma, “uma articulação é uma relação de contiguidade significada pela enunciação” (Guimarães, 2009, p. 51).

Não podemos deixar de dizer que:

Um aspecto importante na caracterização das articulações é que elas não são meramente relações internas ao enunciado, mas relação de contiguidade que fazem do enunciado um elemento que se integra a um texto. O que o semanticista deve fazer é analisar estes modos de relação, ver como eles se dão na relação com os textos em que estão enunciados, para poder considerar os sentidos assim produzidos. (Guimarães, 2018, p.84).

²⁰ A enunciação é politópica, a cena enunciativa se configura por uma divisão de lugares de enunciação. (Guimarães, 2018, p.58)

Em Guimarães (2018, p. 80), é apresentado em outras palavras que, “[...] a articulação é um modo de relação enunciativa que dá o sentido às contiguidades linguísticas, é, então, uma relação local entre elementos linguísticos que significam pela relação com os lugares de enunciação agenciados pelo acontecimento”. De modo geral, em análises empreendidas pelo autor, ele considerou em três modos diferentes estas relações: *dependência*, *coordenação* e *incidências*. Por dependência: existe uma certa relação e se apresenta como um único conjunto os elementos contíguos; Pela Coordenação: existe um acúmulo de elementos contíguos; e por Incidência: é um modo de relação que ocorre quando não existe uma relação de dependência inserida entre os elementos. Na articulação por incidência, um elemento externo ao se articular com o enunciado incide outros sentidos sobre ele e sustenta aquilo que é dito pelo aloutor.

Por outro lado, trataremos do outro modo de relação textual que é a reescrituração. A reescrituração é o modo de relação pelo qual a enunciação rediz o que já foi dito. Há reescrituração quando um elemento Y de um texto (uma palavra, uma expressão, por exemplo) retoma um outro elemento X do texto. Nesse caso Y reescritura X. Este modo de relação enunciativa leva a interpretar uma forma como diferente de si. O elemento que reescritura atribui (predica) sentidos ao reescriturado, Guimarães (2018, p. 85). Guimarães (2012) define a *Reescrituração* como:

[...] O procedimento de reescrituração consiste em redizer o que já foi dito. Ou seja, uma expressão linguística reporta-se a uma outra por algum procedimento que as relaciona no texto integrado pelos enunciados em que ambas estão. Esse procedimento se caracteriza por fazer interpretar uma forma (reescriturada) como diferente de si. (em virtude da reescrituração). E nesta medida a reescrituração é um procedimento que coloca em funcionamento uma operação enunciativa fundamental na constituição do sentido pelo acontecimento (Guimarães, 2012, p. 61).

Nesse sentido, segundo o autor “[...] podemos encontrar variadas relações entre o modo de reescrituração (Ibidem)”. É importante destacar que a reescrituração e articulação são modos distintos de relações textuais. Os modos de reescrituração: podem se dar por: *repetição* (sinonímia, hiperonímia); por *substituição*, quando uma palavra substitui a outra sinonimicamente. Por *elipse*, onde a palavra é excluída por já ter sido mencionada (especificação, definição). Por *expansão*, a palavra é reescriturada por um enunciado completo ou por uma expressão ou ideia que expande os sentidos dela (desenvolvimento, generalização, enumeração).

Descrevemos assim o funcionamento da reescrituração, como procedimento que organiza a textualidade e seus modos de funcionamento no acontecimento. O próprio termo já nos dá a ideia de que poderia ser definida como um processo de reescrever algo, de repetir algo que já foi dito. Mas não se trata meramente da funcionalidade linguística de descrever algo. A reescrituração é

um processo pelo qual realmente reescrevemos algo que já foi dito, entretanto, de maneira diferente podendo alterar assim os sentidos de uma palavra ou de uma expressão.

3.4 O Mapa-texto

Nesta subseção apresentaremos, num primeiro momento, como o texto é definido/considerado na Semântica do Acontecimento. De pronto, tomaremos a definição de Guimarães de que o texto é “[...] uma unidade de sentido que integra enunciados no acontecimento da enunciação” (Guimarães, 2018, p. 19). O texto integra enunciados por uma relação transversal. Portanto, a abordagem acima nos oferece uma visão sobre a forma da análise de texto onde se enfatiza a importância de compreender relações transversais de integração do enunciado para construir significado. A integração se faz por uma relação transversal entre elementos diversos e a unidade à qual se reportam e não pela relação de segmentalidade.

Pela teoria a que nos filiamos, compreendemos que o acontecimento não se trata de um fato cronológico, não é algo no mundo, tampouco é no tempo físico. Tratamos aqui de uma teoria que neste caso especificamente, entende que a língua significa o simbólico. Portanto, a relação é entre língua[simbólico], história e o sujeito que enuncia, já o acontecimento é a diferença em sua própria ordem (Guimarães, 2002) é a língua que funciona por meio da enunciação que recorta um memorável particular (Idem). O histórico aqui se constitui no acontecimento por uma temporalidade específica, própria do dizer. Quando falamos de significação lembramos que Dias (2018, p.21) nos diz que ela “nunca é algo pronto, definitivo, algo que as formas de expressão apenas reproduzem”. Dessa maneira, tomar um mapa-texto e considerar seu funcionamento enquanto unidade de linguagem constituída pelo valor linguístico, onde os sentidos estão em movimento.

Desse modo, faremos a leitura do mapa pelo viés do domínio semântico enunciativo que considera a relação com o real, a história e o sujeito. Partindo desse modo teórico, o mapa é lido, interpretado e analisado enquanto acontecimento de linguagem. Nesse lugar dos estudos enunciativos nos será possível analisar o mapa enquanto uma relação entre o verbal e o não verbal na construção da significação.

Nesta medida, entendemos que as características dos mapas determinam sentidos ao lermos enunciativamente. Esse modo de fazermos a leitura do mapa é como consideram Karim, Silva e Macedo-Karim (2018, p.330):

O lugar teórico da Semântica do Acontecimento nos permite tomar um mapa como texto; nos leva a lê-lo enquanto acontecimento enunciativo, lugar que temporaliza, no presente do acontecimento, um memorável que recorta

sentidos de narrativas históricas que o constituem. Isso, para nós, é significativo, pois permite semantizá-lo pela textualidade própria de sua existência. Sua significação se dá, então, enquanto movimento sócio-histórico constituído na/pela linguagem, posição essa que nos afasta das limitações postas pelos estudos referencialistas. (Karim, *et al*; 2018, p. 330).

Estudar a partir dessa perspectiva da linguagem nos coloca a possibilidade de uma observação funcional no lugar da interpretação de um mapa/texto, e isso, para nós, é significativo, pois permite “semantizá-lo pela textualidade própria de sua existência”, como supracitado. Sua significação se dá, então, enquanto movimento sócio-histórico constituído na/pela linguagem, posição essa que nos afasta das “limitações postas pelos estudos referencialistas”. Assim, um mapa não se reduz a um mero decalque de uma geografia física no mundo. Essa posição, a de considerar o mapa enquanto texto, já é examinada por Guimarães em “Nomes de rua e o mapa como texto” (2002).” (Karim et.al, p. 330-331, 2018).

A materialidade linguística constitutiva do dizer, no seu funcionamento, constitui o lugar enunciativo do interpretável do real, e isso evidencia o confronto semântico das relações designativas que constrói o real sempre instável. É nessa direção que os sentidos construídos na designação do mapa do Oriente Médio através de cores se apresentam como estabilizados na relação entre a linguagem e o mundo apenas um efeito, pois o acontecimento do dizer não é estável, é ao contrário, ele é exposto sempre à diferença marcadamente pela relação sócio-histórica que significa no dizer.

SEÇÃO IV

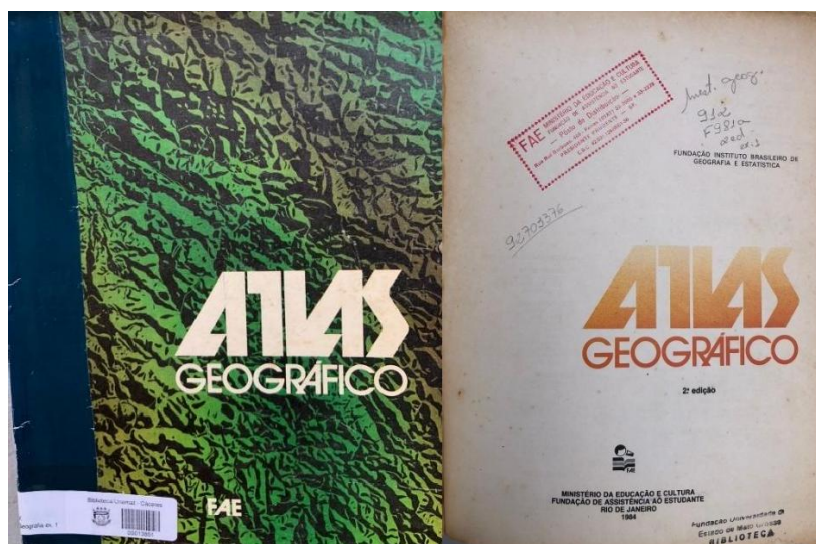
ACONTECIMENTO, POLITICA E SILENCIAMENTO: A SIGNIFICAÇÃO DO ORIENTE PELO OCIDENTE

4.1 Dos *Recortes* e formação do *Corpus* de pesquisa

O *corpus* desta pesquisa é constituído de um conjunto de mapas, que consideramos como acontecimento de linguagem em que ocorre o movimento semântico-enunciativo, a partir das relações de articulação, reescrituração, que procuram significar o surgimento de novas localidades e desaparecimento de outras. Com isso, para esta pesquisa, cada um dos materiais selecionados em nossa sondagem tem um caráter particular pela história constitutiva de seu funcionamento e de sua produção.

Como visto mais acima, tomaremos os mapas enquanto textos, enquanto acontecimentos enunciativos, como materialidade semântica de análise. Vamos assim realizar um trabalho de cunho enunciativo, voltado para o mapa, que analisa a relação verbal/não-verbal. Nesse estudo, temos o objetivo de investigar sobre os modos de expressão de natureza não linguística, constituindo um olhar sobre as possibilidades da natureza relacional da significação.

Antes de iniciarmos o tópico de análises, entendemos que seja necessário apresentar o material que utilizaremos em nosso estudo. Os recortes foram feitos a partir do livro Atlas Geográfico (1984), Atlas Escolar do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e de um Guia Turístico. Feita essa seleção do *corpus*, a partir deles serão realizados recortes que serão tomados nas análises visando observar o que nos dizem/mostram os mapas tomados enquanto textos. O Atlas Geográfico 2ª edição é a continuidade de um trabalho iniciado com a publicação *Atlas Geográfico Escolar* 1ª edição. Abaixo apresentamos a imagem do material que utilizamos para seleção do *corpus*.



Arquivo pessoal: Imagem da capa do Atlas Geográfico.

Foi publicado no ano de 1984, pelo Ministério da Educação e Cultura através da Fundação de Assistência ao Estudante – FAE que posteriormente se transformou em Fundação Nacional de Material Escolar – FENAME, em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Estas instituições uniram esforços para a elaboração deste Atlas Geográfico que apresenta os mais diversos aspectos: didático, pedagógico, gráfico, metodológico e cartográfico. Foi desenvolvido para contribuir com a formação de milhares de brasileiros. Neste material, há outros inúmeros mapas com as mais diversas informações, entretanto, o mapa que apresentaremos aqui mais adiante é o que mais nos chamou atenção do ponto de vista semântico.

Porém, antes de prosseguir com a apresentação do *corpus*, trataremos de uma questão de suma importância para os estudos linguísticos, estabelecida pela Análise do Discurso, teoria que tem extrema relevância para nossos estudos. Apresentaremos a noção de recorte para Orlandi, precursora dos estudos discursivos no Brasil, vejamos: “[...] o recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem-e-situação. Assim um recorte é um fragmento da situação discursiva” (Orlandi, 1984. p, 14). Mais adiante pontuaremos de onde retiramos cada recorte, quanto a organização e a descrição de cada um deles para que se tenha um bom entendimento dos processos analíticos a serem realizados neste trabalho. Mas antes de chegar especificamente neste ponto, vamos tratar mais uma vez dos mapas como unidade de significação não-verbal.

Destacamos também algumas noções de Orlandi (2019), onde as cores são um tipo de argumentação. Pensando nessa direção acreditamos que as cores podem dizer sobre o real, podendo significar resistência, representar nações e as coisas do mundo, assim, a cor funciona como argumento.

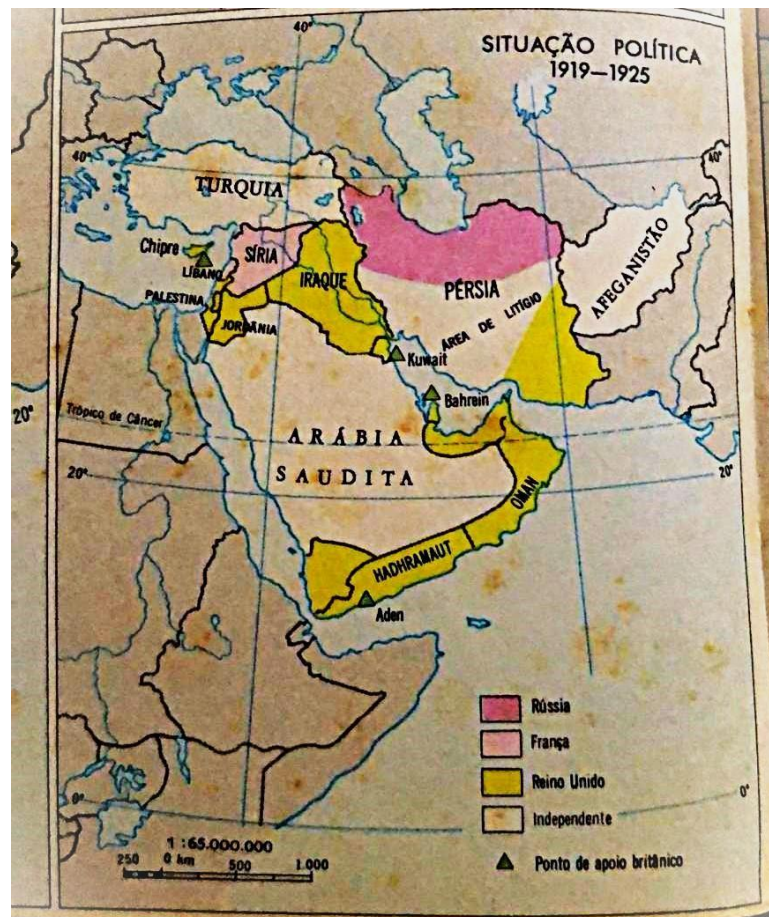
Como mencionamos anteriormente, as análises dessa pesquisa se deram a partir da posição filiada na perspectiva teórico-metodológica da Semântica do Acontecimento, dos estudos produzidos

por Guimarães. E nessa perspectiva vamos no valer dos estudos de Reis; Karim (2018); Alvares (2016), Lara (2016, 2024), Karim; Silva; Macedo Karim; Vellozo (2023); Pereira (2020, 2023) entre outros pesquisadores.

Como procedimento fundamental para a escolha dos enunciados a serem analisados, tomaremos a noção de sondagem. Conforme Guimarães (2018), a sondagem se caracteriza por encontrar um enunciado, em um recorte do acontecimento da enunciação, explorando-o enquanto elemento deste recorte e integrado ao texto que se recorta, de modo que cada uma das sondagens pode ser comparada a outras que indiquem ou não necessidade de alteração ou reformulação na análise. Através deste procedimento será possível refletir sobre a questão da linguagem e seu modo de produzir sentido. Com isso, visa-se observar os sentidos produzidos na movimentação das cores na constituição dos mapas do início do século XX e início do século XXI, período que se constitui e recorta como memorável o final do imperialismo europeu, o sistema de mandatos da região do Oriente pela Carta da Liga das Nações em seu art. 22, o processo de descolonização na segunda metade do século XX e as relações de tensão que se formaram na região e entre o Oriente Médio e o Ocidente.

O mapa enquanto texto estabelece relações com a história constitutiva do mapa, assim, para este estudo utilizaremos o R1 abaixo que nos apresenta inúmeras particularidades do ponto de vista enunciativo, vejamos:

Recorte 1: Mapa da região do Oriente Médio entre os anos de 1919-1925



Neste mapa, podemos observar a situação política dos anos 1919-1925, este acontecimento projeta relações, divisões e recortes políticos do real, essa divisão é marcada por cores, linhas e pontos indicadores.

Este recorte do mapa da região do Oriente Médio é anterior às grandes mudanças e tomadas de regiões por outras potências econômicas da época, podemos dizer que o mesmo foi produzido através de um ponto de vista geográfico que de tempos em tempos, são diretamente afetados por mudanças políticas, especialmente e particularmente, de tutelas nesse lugar cobiçado pelas grandes potências.

Para organizar melhor, os recortes serão apresentados ao longo do texto pela letra **R** maiúscula e em negrito seguido de um numeral indicando a ordem dos acontecimentos enunciativos. Exemplo: **R1** e **R2**. Quanto às sequências enunciativas na qual serão divididos os recortes, serão utilizadas letras (minúsculas) em negrito e entre parênteses. Exemplo: **R1 (a)**, **R1 (b)**, **R1 (c)**, **R2 (a)**, **R2 (b)**, **R2 (c)** etc.

Neste momento tomaremos um recorte do mapa/texto intitulado “Mapa da Situação Política do Oriente Médio anos 1919 – 1925” e vamos observar as movimentações das cores como representação das nações e tutelas. É relevante reforçar que este mapa/texto é tomado enquanto um acontecimento de linguagem, do qual vamos tratar de desenvolver uma análise semântico-enunciativa

e verificaremos o processo de descrição da cena enunciativa, os elementos que se articulam entre cor, mapa e texto, entre outros aspectos que consideramos de suma importância para as nossas análises. Inicialmente, é importante observar que a situação política enunciada através de R1 é posterior a Primeira Guerra Mundial - PGM, ou seja, este recorte de certo modo reescreve aquilo que é enunciado na Carta da Liga das Nações.

Na formação dessa estrutura enunciativa, o alocutor-x ocupa o lugar social de cartógrafo, ou seja, ele é agenciado politicamente daquele lugar sócio-histórico e apresenta aquilo que foi declarado pelo Locutor. Assim, (L) é predicado e autorizado a dizer enquanto alocutor-cartógrafo do mapa mundial e que fala do lugar da verdade, da ciência, sendo assim, constitui-se também um enunciador-universal.

Nesse acontecimento enunciativo, temos o cartógrafo que enuncia e através deste enunciado funciona uma história que faz parte da constituição do mapa, a história construiu o sentido, mas o espaço é significado pela linguagem.

Acima temos a descrição da cena enunciativa caracterizada pelas figuras de enunciação e respectivamente o agenciamento do acontecimento. O alocutor-cartógrafo, por sua vez, é aquele que predica o lugar de Locutor, que se apresenta como a origem daquilo que se diz no mapa.

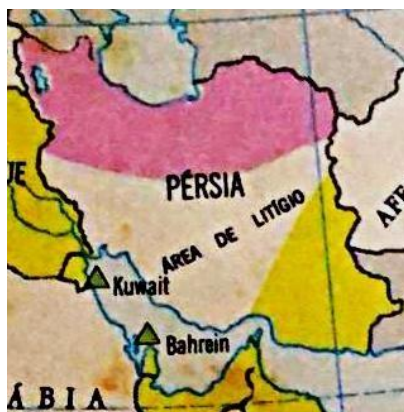
Em nossas análises, considerando o mapa-texto, estabelecemos uma relação do enunciado “título” que nomeia o mapa, com a geografia física-política apresentada abaixo através das linhas, cores e pontos em destaque. Nesse estudo, observando o funcionamento semântico-enunciativo do mapa-texto, notamos que ele reescreve por expansão o título, ou seja, há uma relação de articulação no qual o mapa-texto é significado por aquilo que diz o enunciado e vice-versa. O enunciado-título “Situação Política 1919-1925”, que está em funcionamento no espaço de enunciação da língua portuguesa do Brasil, nomeando o mapa-texto e delimitando um período de tempo de 06 anos entre 1919-1925 que evidência uma história complexa na região do oriente médio, período de grande instabilidade geográfica após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

A nomeação é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome (Guimarães, 2002), assim, identifica coisas no real e ao identificar, significa e produz sentidos através do acontecimento enunciativo. O título “Situação” representa uma história enunciativa, significa uma certa configuração política de uma região do globo durante um período, o que mostra que antes não era assim e que depois ficou diferente, ou seja, há um memorável em funcionamento e uma futuridade que aparecerá adiante. Desse modo, a nomeação do mapa-texto designa o oriente médio durante um período em que a movimentação de cores, tutelas e poder mostram de modo muito particular a presença de outras nações na região, em especial nações ocidentais neste momento.

Desde o começo do século 19, o Irã se tornou um ponto focal do Grande Jogo, um termo que se refere à rivalidade entre os impérios britânico e russo pela supremacia na Ásia Central. Durante a dinastia que governou a Pérsia (atualmente Irã) a partir de 1781, os britânicos tinham uma considerável influência nas questões políticas regionais. No entanto, o Irã nunca foi submetido a um processo de colonização e buscou constantemente preservar sua soberania. Os reformistas que participaram da Revolução Constitucional Persa (1905-1911), um evento que simboliza o início da centralização administrativa no Irã e a criação de um Parlamento, tinham a expectativa de que a nova Constituição tornasse o país mais forte contra a intervenção da Rússia e do Reino Unido. Acompanhe a presença das duas potências na Pérsia, pelas sequências enunciativas e/ou pelos fragmentos enunciativos do mapa a seguir.

O fragmento na sequência **R1(a)** e **R1 (b)** são parte do mapa da Situação Política do Oriente Médio anos 1919 – 1925, vejamos:

R1 (a)



R1(b)



Podemos observar os sentidos produzidos nas movimentações das cores na constituição da Pérsia. Percebe-se que dentro da delimitação desta grande área de litígio, há a presença de três cores: a rosa, o branco que especifica uma área como “área de litígio” e amarelo. Para nós, nos estudos enunciativos, as cores, de certo modo, ilustram e marcam uma realidade. Neste recorte, as cores identificam e marcam um espaço no mapa, representando neste acontecimento, moldado pela Carta da Liga das Nações, a cor do poder e dominação das potências sob territórios de seus interesses. Essas cores das legendas reescrevem as cores do mapa, e significam o poder e a dominação de um país sobre o outro.

Segundo Kinzer (2004), a nação foi conhecida como Pérsia até o século XX. O nome Irã, que na língua persa significa "terra dos arianos" – uma alusão aos ancestrais da população – passou a ser utilizado oficialmente em 1935. A respeito desse país, Kinzer (2004, p. 257) comenta:

Em 1907, Grã-Bretanha e Rússia dividiram o país entre si. Os britânicos ficaram com o sul e os russos com o norte. Uma faixa entre as duas áreas foi declarada como de autonomia iraniana, limitada pelos interesses estrangeiros. O Irã não foi sequer consultado, mas apenas informado desse acordo assinado em S. Petersburgo. Em 1919, outro duro golpe: a Grã-Bretanha impôs ao Irã o chamado acordo anglo-persa, em que a potência ocidental assumia o controle do exército, do tesouro e das redes de transporte e comunicações.

Podemos notar dentro do mapa **R1** essa divisão da qual Kinzer (2004) comenta no trecho acima, onde mostra a rivalidade britânica e russa, sobretudo, a ocupação da Pérsia por esses países e o controle do país com o exército britânico. Em **R1(b)**, há na legenda uma relação de reescrituração: o rosa é reescriturado por Rússia, o branco por independentes e o amarelo pelo Reino Unido. De Certo modo estas reescriturações funcionam no mapa, mas há uma questão que parece ser interessante aí é a área de litígio no mapa que na legenda é significado por independentes. Ou seja, **R1(a)** e **R1(b)** funcionam pela reescrituração, **R1(b)** atribui sentido a **R1(a)** para as cores significarem no mapa e os sentidos se formam a partir desses dois elementos relacionados. Neste caso, então, vê-se uma relação de articulação por subordinação. A expressão Área de litígio se relaciona com o mapa tornando-se parte dele.

Em outras palavras, podemos pensar a legenda como reescrituração de algo do mapa, e a legenda ao reescrever atribui sentido, à cor, por exemplo. Assim, há uma cor vermelha e uma legenda que apresenta a cor e escreve na frente que é o país russo. A reescrituração é uma forma de redizer o dito atribuindo sentido ao dito em outro lugar do texto, no caso do mapa.

Entre as duas potências, Rússia e Reino Unido há uma área independente da Pérsia, que é considerada a área de litígio, ou seja, um espaço disputado pelos outros países presentes na região, com o objetivo de dominar a Pérsia e ter a hegemonia daquela região. De modo geral, os elementos de **R1(a)** e **R1(b)** apresentam um modo fundamental de relação de integração pela reescrituração.

A área “branca”, que a legenda reescreve como a área que tem autonomia, se tornou a área de litígio, na legenda ela é reescriturada por independente e no mapa há uma articulação com área de litígio. Percebemos que não tem influência nem da Rússia e nem do Reino Unido, mas mesmo assim é um espaço independente e de litígio. Podemos dizer que existe nesta área branca um lugar de “resistência persa”. Era o lugar onde os outros países não tinham dominado, pois os persas tomaram consciência da identidade e nacionalidade desde a revolta do tabaco²¹. Além disso, essa área de litígio que vai escrito

²¹ “Os iranianos plantavam o tabaco em pequenas propriedades e outros cuidavam do beneficiamento do produto. Tomar isso dos locais e entregá-lo a estrangeiros foi uma afronta que despertou o sentimento nacional iraniano. O boicote ao fumo foi geral. O país parou de fumar em protesto à venda do patrimônio iraniano a estrangeiros. A chamada “Revolta do Tabaco” foi o começo do fim da subserviência do povo ao absolutismo”. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/G4Fs6bKLJwpNJtkQ9K8Mc9J/#> Acesso em: 17.10.2024

no mapa por dependência predica todo espaço relativo ao Irã, e as legendas reescreveram as cores no mapa, e de certa forma lhes atribuem sentido. Enquanto que as três cores juntas no mapa do **R1(a)** se articulam por coordenação e reescrevem o espaço da Pérsia.

Outro aspecto que chama atenção no mapa de **R1**, são os triângulos verdes, caracterizados como “Ponto de apoio britânico”, as cores nesse acontecimento designam a própria história e identificam os espaços dentro dos mapas pela relação da cor, legenda e mapa-texto

Os britânicos desempenhavam o papel de garantir a segurança dos pequenos Estados do Golfo Pérsico. Assim, desde a guerra do Golfo, os EUA instalaram diversas bases militares no país. Em **R1(a)** podemos visualizar duas bases do exército, uma localizada no Kuwait e a outra em Bahrein.

Atualmente, segundo o Serviço de Pesquisa do Congresso dos EUA, no Kuwait, existem cerca de 13 mil soldados de tropas dos Estados Unidos.²² Ainda no século XXI, a presença e permanência de bases militares dos EUA no Oriente Médio é muito forte conforme vemos no mapa a seguir:



Figura 7 – a presença de bases militares dos Estados Unidos no Oriente Médio (2020).
<https://imagembrasileira.blogspot.com/2020/01/todas-as-bases-dos-estados-unidos-ao.html>

Retomando o **R1(a)**, neste caso, é possível dizer que o triângulo verde que mostra “Ponto de apoio britânico” em ambos recortes, recorta o memorável de conflitos geopolíticos ligados àquela região do Oriente Médio. Resumidamente, a geopolítica engloba as relações e os meandros políticos que levam a estratégias de manutenção ou conquista de regiões com o objetivo de manter ou ampliar o poder, fornecendo pontos de apoio.

²² Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53628606> > Acesso em: 21/10/2024

Pensar estes aspectos, leva-nos a compreender **R1(b)** e seus elementos de formas e cores, como designações de lugares especificamente do Oriente Médio e como predicação de **R1(a)**. E, por isso, este aspecto de predicação é um modo de as reescrituras atribuírem sentido ao que reescreveram e se faz deveras importante para a compreensão da significação.

O recorte **R1(c)**, uma sequência dos anteriores que foram retirados de **R1**, é uma terceira sequência enunciativa que vamos investigar.

R1 (c)



R1 (b)



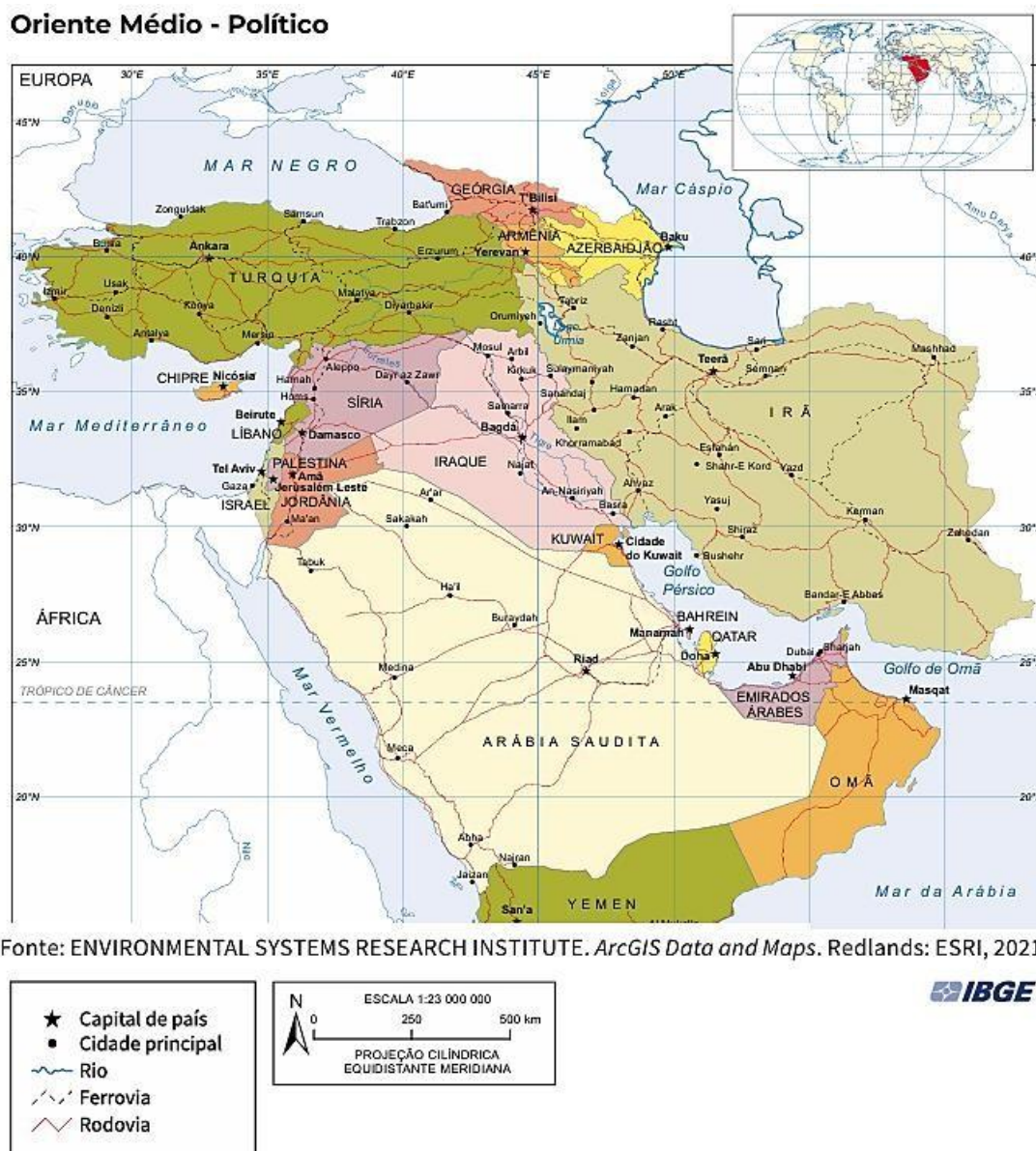
Podemos encontrar uma articulação por dependência a R1, de R1(a) e R1(c). Ou seja, em um primeiro momento pudemos destacar essas relações entre os recortes. Vejamos agora que **R1(b)** relacionado a **R1(c)** significa por reescrituração que Jordânia e Iraque são territórios administrados pelo Reino Unido. Isso está enunciado na configuração do acontecimento que diz o mapa, suas divisões e pelas cores que significam no mapa pela relação com aquilo que está posto nas legendas.

Como podemos notar, os europeus tinham a hegemonia do Oriente Médio, eram responsáveis por administrar parte da Pérsia, Jordânia e Iraque. Cabe lembrar que as fronteiras dos países foram determinadas de acordo com os interesses europeus, sem ter em conta a história e as tradições regionais, o que levou a conflitos de médio e longo prazo. Uma vez estabelecidas as fronteiras, as potências europeias reforçaram ainda mais o seu controle sobre a região.

Temos, também, que levar em consideração que as figuras enunciativas dividem-se em um Locutor (L) que se representa como a origem daquilo que se diz. Antes de tudo, o Locutor é predicado pelo lugar social de dizer de alocutor-cartógrafo que tipifica e constitui os mapas, nesse caso, especificamente, podemos caracterizar a cena enunciativa como politópica. É importante destacar que a polítopia se caracteriza pela relação que sempre existe na cena enunciativa entre Locutor (lugar de dizer) alocutor-x (lugar social de dizer) e enunciador (lugar de dizer o que e como), ou seja, é um lugar social político que é dividido na cena enunciativa.

Passemos agora ao recorte 2:

Recorte 2: Mapa “Oriente Médio - Político”, disponível na página Atlas Escolar do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE



O mapa acima intitulado “Oriente Médio - Político”, elaborado para fins acadêmicos e educacionais, foi extraído do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE²³, o material apresenta uma visão detalhada da região de ponto médio oriental do globo terrestre. Foi criado em 2021 com base em dados do Environmental Systems Research Institute (ESRI), uma ferramenta amplamente usada para mapeamento geográfico e análise espacial. Neste mapa

²³ Órgão brasileiro que tem como objetivo a coleta, análise e divulgação de dados estatísticos, geográficos e cartográficos sobre o território brasileiro e do mundo.

encontramos elementos como limites e coordenadas geográficas, países e capitais, regiões e territórios que significam enunciativamente. Nessa medida, em nosso estudo voltado para linguagem, analisaremos elementos verbais e a sua relação com os elementos não verbais (linhas, setas, traços), nos valendo, mais uma vez, de procedimentos de análise da semântica do acontecimento. Ao fazer uma rápida análise do enunciado-título, observamos que o mapa-texto reescreve o título por expansão fazendo com que isso signifique que aquilo que o mapa projeta são relações, divisões e recortes políticos do real, e que o objetivo principal do mapa se constitui na representação destas divisões políticas (fronteiras, países, capitais) em detrimento de aspectos físicos ou culturais.

As fronteiras políticas se mostram demarcadas, reforçando a ideia de estados soberanos como unidades principais de organização geográfica. Isso reflete uma visão moderna e ocidentalizada do espaço, onde a soberania territorial é destacada. Entretanto, o mapa não menciona alguns aspectos que, embora sejam complexos, são importantes como por exemplo: cultura, etnias, disputas territoriais, que se constituem, no mapa, como um não dito, ou seja, como aquilo que se constitui no presente do acontecimento como uma história enunciativa daquilo que se diz.

O mapa que constitui o recorte 2 nos interessa por apresentar uma diferença fundamental nos modos de se identificar os espaços do real em relação ao mapa que compõe o R1. Tomando este mapa de R2 é possível observar que o espaço que antes era identificado pelo nome “Pérsia” e as divisões (área de litígio e as cores branca, rosa e amarela), em R1 agora é identificado e significado pelo nome Irã em R2. E este movimento pelo qual se muda um nome de um espaço não se significa, via nosso lugar de análise, a partir do intencional no e pelo qual se resolve mudar por votação, plebiscito, referendo etc. Significa por movimentar toda uma história de enunciações que significa no presente do acontecimento, e significa como uma forma de “resistência” em relação ao Ocidente. Pérsia era o modo como os ocidentais (europeus) costumavam chamar a região que já era chamada de Irã pelo povo local, e em 1935 o país foi “rebatizado” por Irã via um decreto do xá Reza Pahlevi.

O que se percebe com isso é que não se trata apenas de uma mudança de nome, embora a mudança seja o centro da diferença, mas de um movimento sócio-histórico que produz sentidos numa direção específica de constituição do mapa. Se dá como um lugar onde o Oriente diz ao Ocidente como aquele espaço deve ser chamado, ou seja, que o Ocidente chame aquele espaço recortado no mundo como Irã e não como Pérsia. Por outro lado, as cores amarela (Grã-Bretanha), rosa escuro (Rússia) e branca (área de litígio), que outrora, em R1, mostravam em certa medida a influência do poder europeu no Irã (antiga Pérsia), é agora uma única cor, cinza, significando uma espécie de unidade política, de

poder próprio sem interferências externas, reescrevendo a independência que antes não havia na Pérsia dividida em três cores e que agora há no Irã identificada por uma única cor, a cinza.

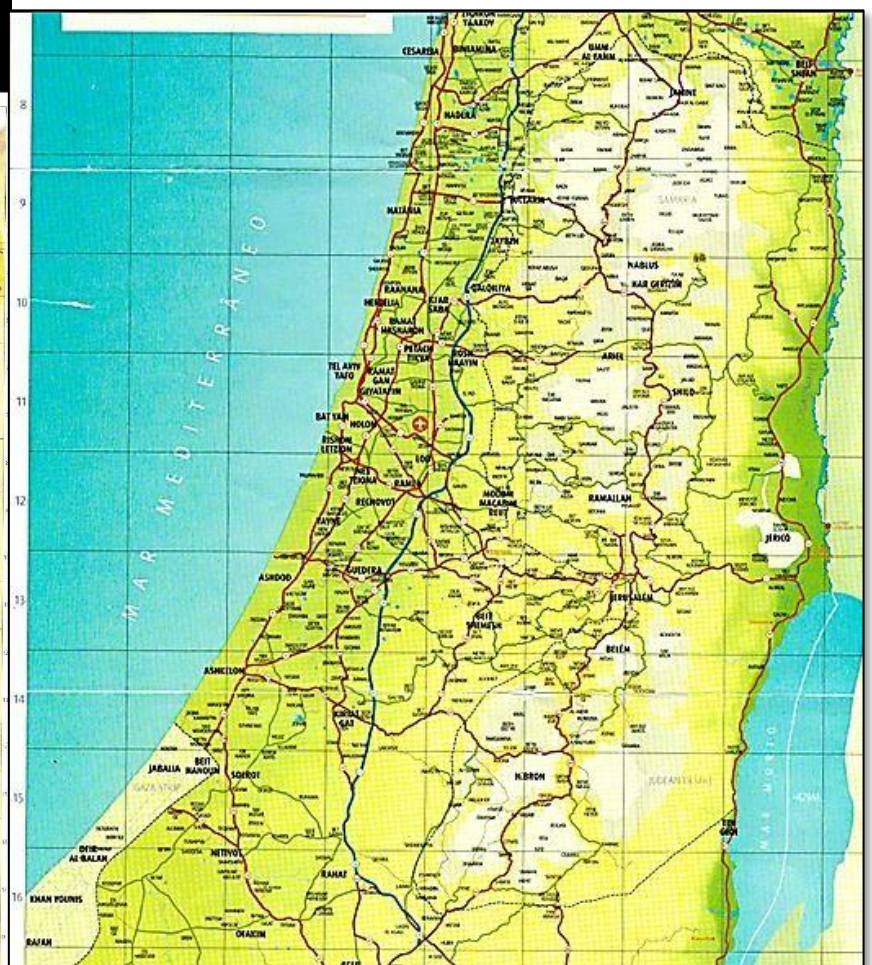
Outra mudança significativa que se observa é o fato de que a região antes denominada Palestina em R1, é identificada no mapa por dois nomes: Israel e Palestina, sendo Israel identificado pela cor cinza, assim como o Irã, e a Palestina por roxo claro num pequeno espaço entre o que se identifica como território israelense. Há assim uma mudança de nome que identifica o espaço de Palestina para Israel que traz em sua história enunciativa a pressão feita por Judeus na Europa sobre a Grã-Bretanha, detentora do mandato da Palestina, e mais tarde sobre a ONU criada em 1945 e que se constitui como a Organização por meio da qual o Estado de Israel foi criado em 1948, de modo unilateral pelo Ocidente.

É interessante observar o fato de que o nome Palestina resiste identificando um pequeno espaço que hoje é a Cisjordânia. Por outro lado, uma questão de interesse aqui na relação entre verbal e não verbal é que nas legendas que estão num quadro abaixo da projeção do mapa, a estrela é reescriturada e um círculo preto que é reescriturado por Cidade Principal. No mapa, o sinal da estrela está numa relação de articulação por coordenação com Tel Aviv fazendo com que na reescrituração Tel Aviv signifique a Capital de Israel. Por outro lado, o círculo preto se articula com Gaza, que na reescrituração signifique Cidade Principal.

Passemos agora ao recorte 3, abaixo:

Recorte 3: Mapa de Israel, Sar-El Tours & Conference

Ampliação 1



Ampliação 2

Shalom e bem-vindo a Israel,

Nós desejamos que o seu tempo conosco seja uma bênção à medida que você experimente as Escrituras criarem vida ao seu redor. Nós te encorajamos a usar esse mapa para guiar suas jornadas pela Terra da Bíblia.

Que você seja muito abençoado! Samuel Smadja e toda a equipe Sar-El.

Sar-El Tour & Conferences, Jerusalém

"Bem-aventurado o homem cuja força está em ti, em cujo coração se encontram os caminhos aplanados, Vão indo de força em força; cada um deles aparece diante de Deus em Sião." Salmo 84:5-7

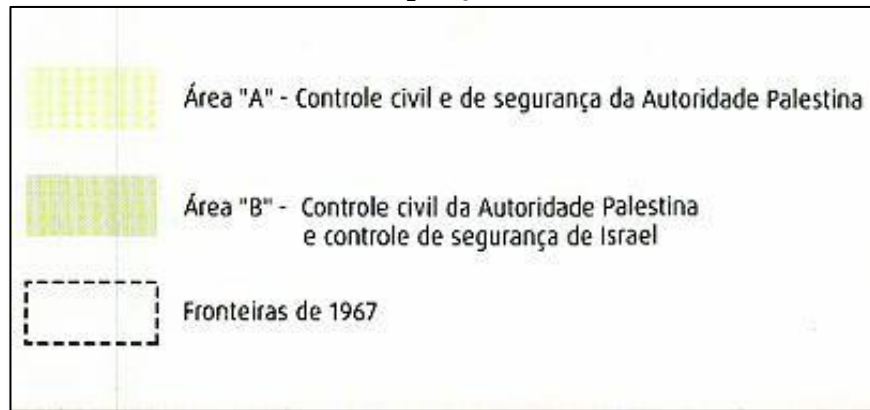
"Jerusalém me servirá por nome, por louvor e glória, entre todas as nações da terra que ouvirem todo o bem que eu lhe faço" Jr 33:6-9

"Virão muitos povos e poderosas nações buscar em Jerusalém ao Senhor dos Exércitos e suplicar o favor do Senhor" Zc 8:22

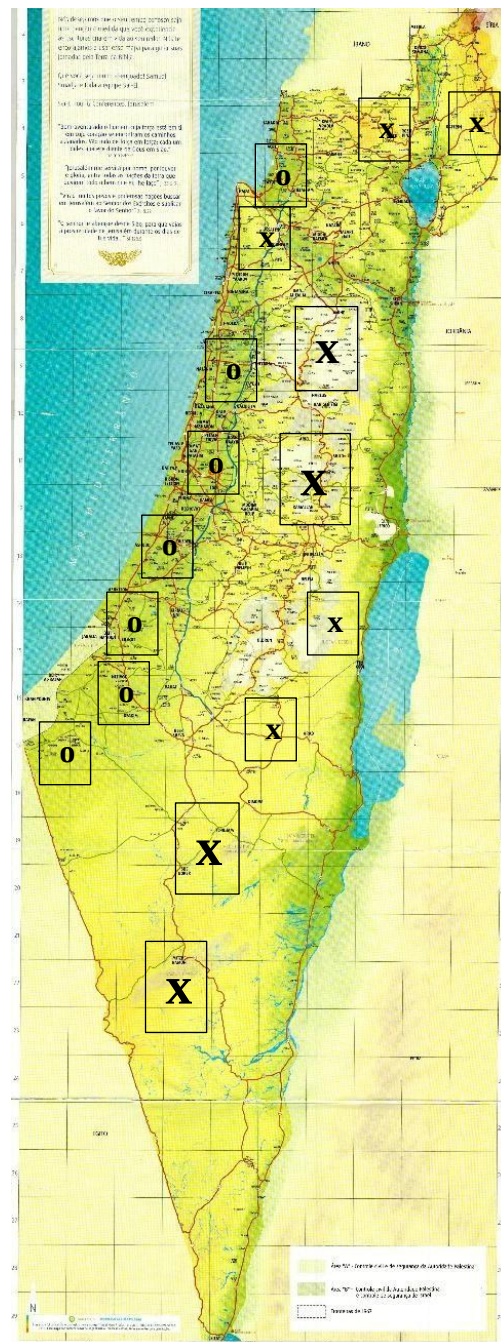
"O Senhor te abençoe desde Sião, para que vejas a prosperidade de Jerusalém durante os dias de tua vida..." Sl 128:5



Ampliação 3



Antes de iniciarmos com as análises, achamos válido fazer um registro visual identificando a posição de cores das legendas no mapa. Nessa medida, o “X” significa área “A”, e o “O” significa área “B”.



O mapa do recorte 3²⁴ faz parte de um material comercial do Estado de Israel, é um mapa turístico extraído do folheto da empresa de turismo *SAR-HEL Tours & Conference*²⁵s que mostra o “Mapa de Israel”, o qual sugere lugares e orienta o turista a encontrar pontos turísticos ou caminhos para explorar a região.

As cores dos mapas, nesta relação composicional afetam os sentidos estabelecendo novas significações, principalmente o lugar de produção do mapa e modo como funcionam sentidos, mas não por um modo motivado, intuitivo. O que podemos perceber então é a construção simbólica de um real discursivo como representação do real concreto, que nos faz por vezes acreditar nesta ilusão de “unidade do sentido”, dizemos dessa ilusão de sentido único porque, da perspectiva enunciativa, não há unicidade de sentidos. Nessa direção, os mapas são objetos identificados no acontecimento de linguagem. Desse modo, o nosso objeto de estudo pela perspectiva enunciativa é constituído por um acontecimento específico que instala sua própria temporalidade, trazendo consigo uma rememoração de sentidos de outras enunciações. E isso permite que o mapa apresente uma especificidade própria, a qual analisaremos pelos procedimentos teóricos da enunciação.

O mapa-texto, conforme mencionado anteriormente, foi extraído de um guia turístico do Estado de Israel. É uma criação elaborada pela companhia de turismo SAR-EL tours & conferenceres para entregar aos estudantes, turistas e também para outros fins comerciais. Observamos que existem elementos como as cores, as legendas e a nomeação, no entanto, existe uma mudança fundamental no modo de produção de R3 em relação aos recortes R1 e R2, e isso nos dá, em certa medida, uma diferença na constituição dos materiais de análise, e por consequência, dos sentidos.

Uma mudança importante que observamos, é a configuração da cena enunciativa de R3. Neste recorte o que se percebe é um Locutor (L), que é a origem do dizer, identificado por um lugar social do dizer de alocutor-x como empresa de turismo a SAR-HEL Tours & Conferences, ou seja, alocutor-comercial que visa dar publicidade as viagens e passeios turísticos promovidos na região de Israel, enunciando algo sobre o mapa projetado pelo R3. Nesta cena, temos em um primeiro momento, a figura enunciativa de um enunciador individual que assume certa responsabilidade pelo que se enuncia como se dissesse: ([EU DIGO QUE] este é o mapa de Israel), ou seja, há um alocutor-comercial que apresenta um enunciador individual que tem no seu modo de enunciar como afetado por este lugar do comercial, do capital. Observamos que o alocutor-comercial recorta o memorável de cartógrafo ao utilizar um

²⁴ Para uma melhor compreensão visual, a cor em amarelo claro da “Área “A” – Controle civil e de segurança da Autoridade Palestina”, está identificando no mapa o espaço central. Enquanto que a cor em verde, “Área “B” – Controle civil da Autoridade Palestina e controle de segurança de Israel”, estão presentes em pequenos espaços nas margens/nos limites do mapa.

²⁵ Página inicial da plataforma digital da companhia de turismo: <https://sareltours.com>

material que foi produzido anteriormente por outra pessoa. Portanto, aquilo que é enunciado sobre o mapa desloca os sentidos para a comercialização de um espaço no mundo. É uma empresa judaica que convida a sociedade para conhecer a terra da bíblia e não a torá (livro sagrado judeu).

Ao analisarmos R3, identificamos a presença de dois elementos textuais localizados na parte superior do mapa que estão numa relação de articulação por **dependência ou incidência**. Vejamos, primeiro observamos o nome da empresa de turismo e um enunciado que diz “Mapa de Israel”. Nesta relação é possível verificar que há uma empresa, ou seja, um alocutor-empresa de turismo que enuncia Mapa de Israel, esse Mapa de Israel é reescriturado por expansão por tudo aquilo que está demarcado no recorte 3. Outro aspecto relevante é o texto presente no quadro, ele se destaca por ser apresentado como um elemento independente ou isolado, que se articula por incidência ao mapa, vejamos, são os donos da empresa dando as boas vindas aos turistas que chegam a Israel.

Neste texto o mapa é um guia para a jornada do turista pela terra da Bíblia (Israel). Na Bíblia do Antigo Testamento em (Gênesis 32:28) é mencionado "Israel" de forma central e frequente, mas não menciona a "Palestina", pois esse nome surgiu por volta do ano 70 d.C. Percebemos então que R3 identifica um espaço especialmente dedicado ao turismo. Podemos observar que a legenda diz sobre um local e controle da autoridade da Palestina, mas o mapa não faz nenhuma referência a Palestina. Está em funcionamento o não-dito. Conforme Orlandi (1997, p.23) “Se a linguagem implica silêncio, este, por sua vez, é o não-dito visto do interior da linguagem. Não é o nada, não é o vazio sem história. É o silêncio signifiante”, isto é, o silenciamento e apagamento da Palestina está significando como se o alocutor-comercial dissesse: [Palestina, seu lugar não é aqui].

Embora a linha pontilhada mostre as fronteiras de 1967 que traz na história que há uma fronteira com a Palestina, no mapa a Palestina é apagada, ela não existe. O enunciado, “Shalom e bem-vindo a Israel” apresentado na Ampliação 2, no Tanakh (Bíblia Hebraica) a palavra "Shalom" (שָׁלוֹם) é um termo hebraico de grande relevância cultural e religiosa, especialmente no judaísmo. Desse modo, a língua está funcionando como forma de sustentar a dominação e poder regional. Ou seja, através do funcionamento da língua ocorre um apagamento da identidade linguística de povos locais que são falantes da língua árabe palestino, língua oficial e mais falada na Palestina. A saudação “Shalom”, funciona como a língua dominante, de prestígio como forma de impor a língua de um povo que se considera a autoridade naquele espaço apresentado em R3. Segundo Guimarães, (2002) os espaços de enunciação são espaços que distribuem desigualmente as línguas para seus falantes, e assim redividem o sensível, ao identificarem os indivíduos ao serem tomados pelas línguas, assim, o espaço de enunciação é um espaço político.

O título do recorte “Mapa de Israel” identifica aquele espaço como território de Israel, ou seja, o mapa-texto reescreve o título por expansão fazendo com que ele signifique para o mundo aquele espaço como Israel, a terra da bíblia, no entanto, a bíblia é o livro sagrado dos cristãos e não dos judeus. Assim, observamos que R3 está funcionando uma ideologia de capital voltada exclusivamente para o comércio, deixando em segundo plano as tensões religiosas. O locutor-comercial empresa SAR-HEL Tours & Conferences ao fazer alusão ao lugar de dizer do governo do Estado de Israel significa em R3 a autoridade em relação aos palestinos, nota-se que ocorre o funcionamento da política do silêncio, conceito trabalhado por Orlandi (1997, p. 30), “[...] o silêncio pode ser considerado tanto como parte da retórica da dominação (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência)”, partindo desta afirmação podemos observar que no acontecimento enunciativo de R3 se manifesta, de certo modo, como a retórica da dominação.

O apagamento do nome Palestina na identificação de espaços no mapa recorta como memoráveis enunciações de 1967, quando no Oriente Médio ocorreu a Guerra dos Seis Dias que marcou um ponto de virada no conflito árabe-israelense, redefinindo fronteiras e dinâmicas regionais até os dias atuais. A guerra consolidou a ocupação israelense em áreas que ainda são centrais nas negociações de paz. Assim, observamos na Ampliação 3 a legenda de traços identificando a fronteira que foi demarcada em 1967, ou seja, está reescriturada por expansão no mapa-texto do R3 que pode ser melhor visualizado através da Ampliação 1.

Nessa medida, os traços significam o memorável de batalhas ao mesmo tempo em que reescreve um poder do Estado de Israel, pois as fronteiras demarcadas por traços redefiniram o espaço consolidando novas áreas aos israelenses. Outra mudança significativa que se observa, são as legendas em cor amarelo claro designada como “Área “A” – Controle civil e de segurança da Autoridade Palestina”, e a legenda em cor verde designada como “Área “B” – Controle civil da Autoridade Palestina e controle de segurança de Israel”.

É possível observar que as áreas em cor amarelo claro e cor verde, eram em R1, uma só cor. Entretanto, neste último recorte o delineamento que antes era identificado apenas como “Palestina”, aparece fragmentado em áreas que não são mais independentes ou soberanas. Esse movimento de mudança é significado através de uma história de enunciações que semantizam a região de um outro modo, do ponto de vista da nação que luta pela dominação e hegemonia local. A enunciação de R3 se dá a partir do locutor-empresa de turismo alude a um outro lugar social que é o de locutor-Estado de Israel que apresenta na configuração da cena enunciativa um enunciador universal que faz significar esta verdade universal ao apresentar um dizer oficial do governo que fala em nome dos povos da região e para os povos da região.

Ainda, por mais que o nome “Palestina” não seja identificado no mapa, percebemos que há uma resistência dos palestinos presente na área demarcada pela fronteira de 1967. Ao se enunciar que há uma área que significa Gaza, mesmo não estando dito ali, é de controle da autoridade palestina. Esta resistência é histórica, se dá pelo não-dito, para Orlandi, a resistência pode também ser identificada por meio da política do silêncio que se subdivide em silêncio constitutivo e o silêncio local:

“b) a política do silêncio que se subdivide em b1) silêncio constitutivo, o que nos indica que para dizer é preciso não-dizer (uma palavra apaga necessariamente as “outras” palavras) e b2) o silêncio local, que refere à censura propriamente (aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura)” (ORLANDI, 1992, pg. 24).

Portanto, o não-dizer de Israel sobre a existência do povo palestino silencia, entretanto, eles estão identificados em duas legendas que estão articuladas por dependência ao mapa, essa relação evidência que há uma resistência.

Ao observarmos as legendas, percebemos que a “Área “B” – Controle civil da Autoridade Palestina e controle de segurança de Israel”, é identificada no mapa-texto como uma região que está sob influência de Israel, embora os palestinos tenham o controle civil, não possuem controle total nessa área que em R1 era designada somente como “Palestina”. Em R3, a cor verde reescreve todo espaço em que Israel tem o controle de segurança. Somente em “Área “A” – Controle civil e de segurança da Autoridade Palestina”, um espaço que se restringe a Faixa de Gaza, conforme observamos na Ampliação 1, é que a Palestina tem domínio total. A cor em amarelo claro reescreve no mapa-texto uma área de controle palestino e ao mesmo tempo recorta o memorável da Guerra dos Seis Dias, que delimitou também aquelas fronteiras de 1967, toda a Faixa de Gaza é demarcada pela linha tracejada.

Através dos procedimentos metodológicos de análise de articulação e reescrituração aplicados ao *recorte 3*, foi possível identificar aspectos fundamentais que compõem a estrutura e o sentido do mapa em estudo. A análise da articulação permitiu desvendar as relações linguísticas entre os elementos textuais verbais e não-verbais, evidenciando sentidos outros no desenvolvimento do material analisado, sustentando assim a ideia de transversalidade nos estudos enunciativos do mapa-texto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa pesquisa, analisarmos os recortes Mapa da região do Oriente Médio entre os anos de 1919-1925 (R1), o Mapa “Oriente Médio - Político”, disponível na página Atlas Escolar do site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (R2) e o Mapa de Israel, *Sar-El Tours & Conference* (R3), observando o funcionamento dos sentidos na constituição dos mesmos, considerando-os enquanto mapa-texto. Em cada recorte, dedicamo-nos à descrição da cena enunciativa, essa etapa foi decisiva para observarmos o funcionamento das figuras enunciativas, o político, as relações de poder pelo movimento semântico-enunciativo. Para essa identificação dos sentidos produzidos pelas relações semânticas-enunciativas, adotamos também os procedimentos analíticos de reescrituração por expansão, condensação e repetição, não só estes, como também articulação por dependência, coordenação e incidência. Ao relacionar esses três aspectos: reescrituração, articulação e cena enunciativa, nosso estudo se insere numa análise linguística aprofundada, revelando por meio da língua e da linguagem outros sentidos. Foi relevante considerar e mobilizar o memorável do acontecimento enunciativo, trazendo um recorte da história que faz parte da constituição do mapa, favorecendo a construção dos sentidos. Portanto, os sentidos dados às cores são atribuídos por esses processos de reescrituração, como uma forma de redizer o dito atribuindo sentido ao dito em outro lugar do texto. No caso do mapa, a retomada faz com que a cor signifique de um outro modo em outro lugar. Assim, considerando toda exposição e observando o funcionamento semântico-enunciativo do mapa-texto, podemos dizer que o espaço é significado pela linguagem na relação com os elementos da configuração dos mapas.

Com foco nas análises, percebemos que a forma como R2 e R3 enunciam o oriente médio contrasta com o mapa do R1, podemos fazer essa observação através da descrição da cena enunciativa, os Locutores são distribuídos em: locutor-cartógrafo e locutor-empresa de turismo que alude a outros lugares sociais. São esses lugares que estabelecem o funcionamento das relações de poder no mapa, através do silenciamento, resistência e apagamento. Outro ponto que marca uma diferença fundamental, é o modo e o ano de produção, cada um deles possui uma diferente temporalização.

No *recorte 1*, observamos a influência de países ocidentais no território que antes significava o povo persa, a região era dividida por potências ocidentais, nessa medida, as legendas reescrevem por dependência as cores de Pérsia. Neste mesmo recorte, podemos observar também a região da Palestina identificada e demarcada no mapa de 1925-1929, não existia Israel. Mesmo com o sistema de mandatos vigente, a região da palestina sofria influência externa apenas por seu “tutor”, não apresenta a mesma ocorrência da Pérsia. Os acontecimentos sócio-históricos redefiniram e moldaram o espaço que antes

significava “Palestina”, sendo reduzido posteriormente somente as fronteiras de 1967 conforme nos mostra o *recorte 3* e apagada do mapa. Quando a carta da liga enuncia e cria o Estado de Israel dentro do território palestino mesmo contra a vontade do povo, está funcionando o poder. Ou seja, a carta é um elemento de prestígio enunciado por países soberanos que dizem e podem dizer como ocupar um lugar no mundo.

No mapa do R2, observamos a mesma região do oriente médio. Ao fazermos uma breve comparação com os *recortes 1* e *3*, logo notamos que a Pérsia sofreu grandes mudanças. No primeiro recorte era uma região carregada de cores identificadas na legenda que **reescreviam** a presença de forças externas dentro da região e zonas de conflito. Por sua vez, o segundo recorte, identifica mudanças significativas como por exemplo, o novo nome “Irã”. A cor cinza “apaga por elipse as cores rosa e branco”, indicando que o estado assumiu uma nova identidade e não é palco de intromissões, a cor cinza agora significa a independência do povo iraniano. Essa mudança transcende uma simples atualização terminológica: ela expressa um processo histórico construído enunciativamente em oposição à hegemonia ocidental, enfatizando o direito do Oriente de autodeterminar sua identidade geopolítica. A substituição do nome busca consolidar uma narrativa de soberania, pressionando o Ocidente a reconhecer oficialmente o termo “Irã” como forma de respeitar a autonomia cultural e territorial da região. Por fim, em R3, não é possível observar a situação mais atual do Irã pois o mapa-texto utilizado é enunciado por uma empresa comercial de Israel. Ainda neste recorte observamos a região denominada “Palestina” (em roxo claro), restrita à Cisjordânia, com o território fragmentado, o que evidencia a divisão que fora outrora configurada pela carta da liga das nações após o término da primeira guerra mundial. Na legenda do mapa, os símbolos são reescriturados: uma estrela reescritura Tel Aviv, que é a “Capital de Israel”, enquanto um círculo preto, associado a Gaza, a define como “Cidade Principal”. Essa articulação entre linguagem verbal e visual ressignifica: a estrela, embora nomeada como “Cidade Principal” na legenda, adquire um status específico (“capital”) ao vincular-se a Tel Aviv. Por outro lado, o círculo preto, ao relacionar-se com Gaza, redefine seu significado para “Cidade Principal”.

E finalmente, no *recorte 3*, encontramos uma das maiores diferenças entre os três recortes selecionados. Neste mapa-texto, o enunciador e Locutor identificado a partir da descrição da cena enunciativa, ocupam lugares diferentes daqueles encontrados anteriormente como acontece com R1 e R2. O *Recorte 3*, enuncia de um lugar comercial, fazendo alusão ao estado, capitalismo e etc... Neste recorte, os sentidos produzidos são completamente distintos dos anteriores. A região destacada em R3 passou por grandes movimentos sócio-históricos que moldaram e ressignificaram a questão da palestina para o mundo. Em 1947, quando ONU propôs a partilha da Palestina em dois Estados (judeu e árabe), proposta rejeitada pelos países árabes, e em 14 de maio de 1948 com a retirada da Grã-Bretanha pondo

fim ao sistema de mandato na região da Palestina, Israel declarou independência, iniciando a Guerra Árabe-Israelense de 1948. Percebe-se que desde cedo a decisão de países membros da ONU em criar Israel, significou positivamente para os israelenses. Ainda neste mapa, observamos o funcionamento da política do silêncio, nota-se que o locutor-comercial tenta apagar, silenciar o povo palestino da região, é como se ele estivesse dizendo: "Palestina, você está me incomodando aqui". Esse apagamento se sustenta também em enunciados de países especialmente ocidentais que não reconhecem a palestina enquanto estado. Assim, ao analisarmos R3 observamos que de certo modo existe o funcionamento de sentidos que os significa como uma nação poderosa em relação aos palestinos. O apagamento e a identificação da Palestina no mapa, reduzido apenas a uma reescrituração da legenda "Fronteiras de 1967", reforça quando dissemos que o mapa em questão traz a tona a retórica da dominação. A existência da Palestina enunciada pelo locutor-comercial se restringe a um memorável de guerras na qual as fronteiras de Israel foram expandidas e delimitadas durante a Guerra dos Seis Dias de 1967. No *recorte 1*, uma única cor reescrevia a Palestina, enquanto que em R3 o território antes identificado simplesmente como uma nação aparece dividido em áreas que já não são independentes ou soberanas, estão agora sob domínio e controle do governo israelense. Assim, o silêncio de Israel sobre a existência do povo palestino oculta sua autonomia, mas eles ainda são identificados em duas legendas vinculadas ao mapa por relações de dependência o que significa uma forma de resistência. Na Ampliação 1, observa-se que apenas na "Área 'A' – Controle civil e de segurança da Autoridade Palestina", restrita à Faixa de Gaza, a Palestina exerce domínio pleno. Quando comparamos o poder e hegemonia da palestina em R1 (1929) e R3 (atual), fica evidente que a origem dos problemas da palestina surgiu a partir da carta da liga das nações, aprovada por países ocidentais. Como consequência de decisões tomadas por aqueles que dizem do lugar do poder e prestígio, os palestinos experimentam o caos e os impactos até os dias atuais.

Por fim consideramos que este estudo só se tornou possível a partir das pesquisas realizadas por Guimarães (2002 - 2018) e colaboradores que desenvolveram uma nova forma de abordar o mapa nos estudos semântico-enunciativos, nos permitindo considerar o mapa enquanto texto: o mapa-texto. Ao considerar o mapa-texto de maneira transversal, como instrumento linguístico composto por unidades de sentidos que integram enunciados e o não linguístico, ou seja, espaços políticos distribuídos, temos a constituição de uma unidade de significação. Partindo dessa forma de considerar, se tornou possível aplicar os dispositivos teóricos da semântica do acontecimento e realizar as análises que visam compreender e identificar os sentidos semânticos produzidos pelas relações entre os elementos do mapa. Os sentidos são observados a partir das relações de articulação e reescrituração, todavia, é importante considerar também o sócio-histórico e a temporalidade do acontecimento enunciativo. A partir desta

abordagem, os mapas deixam de ser entendidos como meros registros da cartografia para serem vistos como um decalque o qual representa formas de acesso ao mundo e de conexões não lineares. Acreditamos que este modo de observar os mapas, segue o caminho, iniciado por, Reis; Karim (2018); Lara (2016, 2024), Karim; Silva; Macedo Karim; Velozo (2023); Pereira (2020, 2023), entre outros pesquisadores para análise de outros textos onde se verificam relações entre enunciados e o não linguístico possibilitando novas discussões em consonância com a teoria Semântica do Acontecimento de Guimarães (2002 - 2018).

REFERÊNCIAS

- ALVARES, Lucas Augusto Souza Pinto. **Guerra contra o terror – eixo do mal**: enunciados que semantizam o Mundo Árabe no Ocidente. Cáceres/MT: UNEMAT, 2016. 141f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2016.
- ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. Ed. UnB. ISBN: 85-230-0095-X. Clássicos IPRI.
- CAMPOS, Luiz Augusto. **Os pais fundadores da política moderna**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 24, n.3, p. 883-891, set./dez. 2009.
- CUNHA, Brunno Victor Freitas. *Divide et Impera*: uma análise sobre a colonização da África e suas consequências. **Fronteira**, Belo Horizonte, v. 21, n. 42, p. 180 - 202, 2º sem. 2022
- DIAS, Luiz Francisco. **Os sentidos do idioma nacional**. Campinas, SP, Ed. Pontes, 1996.
- DIAS, Luiz Francisco. **Enunciação e relações linguísticas**. Campinas, SP, Ed. Pontes, 2018.
- DORÉ, Andréa. Diplomacia e relações comerciais entre o Oriente e o Ocidente: duas experiências do século XIII. **Tempo**, n. 10, 2000, pp. 1-22. Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil. Disponível em: < https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg10-8.pdf> Acesso em: 30.04.2024
- ENVIRONMENTAL SYSTEMS RESEARCH INSTITUTE. ArcGIS Data and Maps. Redlands: ESRI, 2021. Disponível em: <https://www.arcgis.com/home/group.html?id=24838c2d95e14dd18c25e9bad55a7f82#overview>. Acesso em: nov. 2021.
- FILHO, Hélio Donisete Cavallaro. **Era dos extremos: o breve século XX**: 1914-1991, de Eric Hobsbawm. Revista de Direitos Humanos e Desenvolvimento Social, v. 3, e226419, 2022.
- FONSECA, Ângela Couto Machado. **O homem da política**: uma leitura de Aristóteles e Hobbes.. **Revista Jurídica**, [S.l.], v. 1, n. 28, p. 253-267, nov. 2012. ISSN 2316-753X. Disponível em: <<https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/416>>. Acesso em: 29 jan. 2024. doi:<http://dx.doi.org/10.26668/revistajur.2316-753X.v1i28.416>.
- Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **2ª ed. Atlas geográfico**. 114p. / Elaborado pela equipe DIATADEGEO do IBGE / Rio de Janeiro: FAE, 1984.
- GUIMARÃES, Eduardo. (2005). **Os limites do sentido**: um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas: Pontes, 3a ed.

GUIMARÃES, Eduardo. (2005). **Semântica do Acontecimento**: um estudo enunciativo da designação. Campinas: Pontes, 2a ed.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica**: enunciação e sentido. Campinas, SP: Pontes Editora, 2018.

HOBBSAWN, Eric J. **A era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

KARIM, Taisir Mahmudo; REIS, M. G.. **A Constituição Do Centro Histórico De Cáceres-Mt: Um Acontecimento Construído A Partir De Nomes De Ruas**. Línguas e Instrumentos Linguísticos, v. 1, p. 138-161, 2018.

KARIM, Taisir Mahmudo. ALVARES, Lucas. **De incivilizados a descivilizados**: um percurso semântico do nome vândalos. In: ORLANDI, Eni. [et al.] (Org.). Linguagem, Instituições e Práticas sociais. Pouso Alegre, MG. Univás. 2018.

KARIM, Taisir Mahmudo. SILVA, Giseli Veronêz da; ALVARES, Lucas Augusto Souza Pinto; VELOZO, Solange Moreira dos Santos; REIS, Adilson dos. **A urbe à margem esquerda: o desenho político de Cáceres a partir do estudo dos mapas**. In: Dalla Pria, Albano [et al.] (Org.). Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras: um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso - (Fase IV – Município de Cáceres/MT). Campinas-SP. Pontes, 2024.

KARIM, Taisir Mahmudo. SILVA, Giseli. Veronêz da; MACEDO KARIM, Jocineide. **O contorno linguístico de uma geografia – mato grosso e seus mapas: a constituição do atlas mato-grossense a partir do acontecimento de nomeação**. In: GUIMARÃES, Eduardo [et al.] (Org.). Atlas dos nomes que dizem histórias das cidades brasileiras: um estudo semântico-enunciativo do Mato Grosso - (Fase II). Campinas-SP. Pontes, 2018.

KINZER, Stephen. **Todos os homens do Xá**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil. 2004.

LARA, Francineli Cezarina. **Um brasil sem fronteiras: a língua inglesa no espaço de enunciação do português do Brasil**. Cáceres/MT: UNEMAT, 2017. 83f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2016.

LOPES, José Cleyton. **Maquiavel e a fundação do Estado Moderno**. Revista Espaço Acadêmico – Nº144 – Mensal – Ano XIII – ISSN 1519-6186. Rio Grande do Norte – Maio de 2013.

MARCONDES, Danilo. Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein. 6ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

MARTINELLI, Marcelo. **Os mapas da geografia**. Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Av. General Cavalcante de Albuquerque, 960; 05638 - 10 - São Paulo/Sp.

MIRANDA, Caroline Rodrigues; SCHMOKEL, Fernanda; COLVERO, Ronaldo Bernadino. **A Contribuição do pensamento de Maquiavel para o desenvolvimento da Ciência Política.** Ciências Políticas. Universidade Federal do Pampa Campus São Borja – RS, Brasil. III Seminário Internacional de Ciências Sociais – 2014.

OLIVEIRA, Livia de. **Os mapas na geografia.** GEOGRAFIA, Rio Claro, v. 31, n. 2, p. 219-239, mai./ago. 2006.

PEREIRA, José Gabriel Martins. **Estatuária urbana, espaços de enunciação e sentidos.** Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação/Mestrado) – Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado) Linguística. 64 f., Faculdade de Educação e Linguagem, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2023.

SAHD, FÁBIO BACILA. **Oriente Médio Desmistificado:** Fundamentalismo, Terrorismo E Barbárie. Curitiba, PR: Editora CRV, 2011.

SAID, EDWARD W. **Orientalismo:** O Oriente Como Invenção Do Ocidente. São Paulo, SP: Editora Companhia Das Letras, 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. Ed. 2.reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; 1).

SCANDOLARA, Daniel Lorenzo Gemelli. **Um estopim em 1914: a política britânica em relação ao Império Otomano e sua preservação.** 2020. 99 f., il. Dissertação (Mestrado em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

VELOZO, Solange Moreira dos Santos. **Planta-Texto: Entre o Linguístico e o Não Linguístico no Domínio do Estudo da Significação .** Trabalho de Conclusão de Curso (Tese/Doutorado) – Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Doutorado) Linguística. 206 f., Faculdade de Educação e Linguagem, Câmpus de Cáceres, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2023.